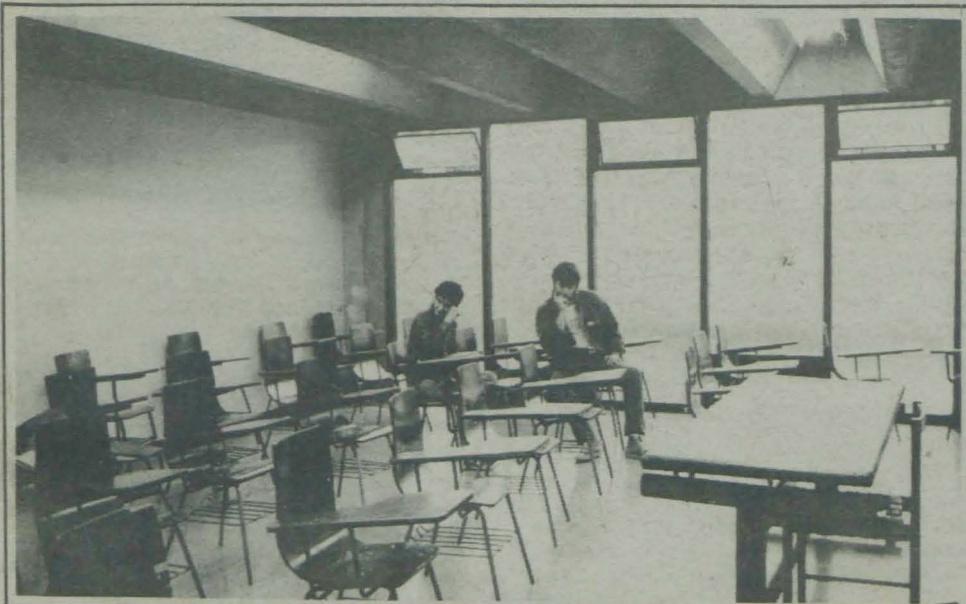


Campus

Jornal Laboratório
do Departamento de
Comunicação da UnB
1ª Quinzena de
Setembro de 1986 — nº 96



ARRIGO



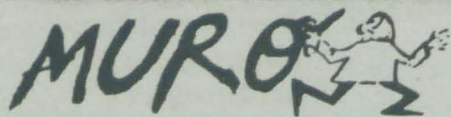
Salas de aula vazias, equipamentos obsoletos, sistema de matrículas caótico. É esse retrato que a UnB faz de si própria. O CAMPUS foi ouvir o professor Aloylson Pinto para conhecer essas e as outras conclusões do Fórum sobre Ensino de Graduação, que, durante uma semana, reuniu professores e alunos numa discussão sobre o ensino na UnB. (Página 3)

As duas caras do "enfant terrible" da vanguarda paulista. A grande estrela do Rio-Cine Festival, em entrevista exclusiva ao Campus, revela suas maiores paixões: Cinema e Música. (Página 15)

REFORMA AGRÁRIA

Governo, CONTAG e
UDR na briga pela terra

(Páginas 7, 8, 9 e 10)



Tumulto na matrícula

• Mais uma vez, repetiu-se na UnB uma situação quase tão velha quanto ela: o caos na hora da matrícula. Nestes poucos dias o espetáculo era de alunos aflitos correndo atrás de professores não facilmente localizáveis em busca de uma assinatura em um papel. Orientação mesmo, pra valer, nenhuma. Até quando isto vai continuar? Campus voltará ao assunto com o destaque que merece. Aguardem.



• O esporte ainda encontra lugar no meio universitário. Prova disso é o apoio recebido pela AAAUnB (Associação Atlética Acadêmica da Universidade de Brasília) para a realização dos III JIUnB'S (Jogos Internos da UnB). O DEC/DAC (Decanato e Diretoria de Assuntos Comunitários) colaborou com a organização financiando a confecção de cartazes, a festa de abertura, medalhas e remuneração dos bolsistas que colaboram na equipe médica e fotográfica.

• O objetivo dos Jogos é promover a integração entre os alunos. A grande novidade deste ano é o sistema de inscrições através dos Centros Acadêmicos, esperando-se assim um maior fortalecimento dos mesmos. Para as 14 modalidades esportivas (masculinas e femininas) são esperados 1500 atletas, ultrapassando os números anteriores. O CAMPUS cobrirá os Jogos. (Regina Elizabeth).

Raimundo Nonato, servidor da UnB há 24 anos, acredita ter sido vítima de injustiça por não chegar a ser entrevistado na última seleção feita pela Diretoria de Assuntos Acadêmicos, DAA, para preencher cargos de chefia na Administração.
• Raimundo aguarda algum tipo de explicação dos organizadores do Concurso. (Regina Elizabeth)

• A Editora Universidade de Brasília está relançando a revista "Humanidades", dentro de uma nova proposta editorial. "Humanidades" aparece agora como um instrumento de expressão da comunidade da UnB e como fonte de atualização sobre a cultura nacional e a experiência internacional. As matérias serão mais analíticas, propondo assim gerar o debate e a reflexão. Neste seu novo projeto editorial, "Humanidades" pretende englobar todas as áreas do conhecimento humano: desde a Ciência até a Arte. O Conselho Editorial da Revista "Humanidades" está integrado por: José Carlos da Córdova Coutinho, Bárbara Rouanet, Dêrcio Munhoz, Venício Artur de Lima, Douglas Marques de Sá e João da Rocha Hirson. (Cláudia Prado).

• "Apague esta idéia". Com este slogan o Governo Sarney lançou na última semana uma campanha nacional de combate ao fumo. A propaganda veiculada com o apoio da Rede Globo retrata a rejeição sofrida pelo fumante em seu meio social. Ironicamente, esse mesmo Governo que faz propaganda contra o fumo é o maior interessado na venda de cigarros. Mais da metade do preço que o consumidor paga por cada maço vai para os cofres do Governo, sob a forma de Impostos. E não pára por aí. Os fabricantes de cigarro são os maiores anunciantes da televisão. A propaganda maciça deles diz exatamente o contrário: que o cigarro traz a felicidade e a aceitação no meio social. (Cláudia Prado).

Brasília, capital da esperança?

JOSE CARLOS ANATOLY

Brasília, cria de Oscar Niemeyer, o Midas da arquitetura, onde ele toca não vira ouro, vira tédio e discriminação. Brasília, onde classes sociais se separam geograficamente, de acordo com os traçados de Oscar Niemeyer ou Midas, como queiram. O apartheid não está tão longe, lá na África do Sul, Sun-City pode ser confundida com o Lago Sul.

O ônibus superlotado do Setor P da Ceilândia não se assemelha em nada com qualquer circular de Brasília; o Hospital Regional do Gama (HRG) só tem de hospital o nome, mais parece um frigorífico, enquanto o Hospital Regional da Asa Norte se mostra como uma "clínica de repouso" em vista dos outros da periferia.

Brasília, cidade de políticos amorais, reduto de corruptos lutando numa eleição desigual o seu quintão de capital. Parecem mais colotes disputando uma carniça.

Uns dão chapéus, outros oferecem empregos fantasmas e outros tantos vendem sua alma ao diabo.

As vezes, fico imaginando o que seja realmente um brasiliense: um funcionário público bêbado no Guarará II? Um lixeiro trabalhando de madrugada no Conjunto Nacional? Ou um burocrata do Governo Federal no aeroporto, esperando o seu avião para um fim de semana no Rio de Janeiro?

Brasília, onde Oscar Niemeyer devia viver sozinho com o seu governador.

Igreja na vanguarda pela Reforma Agrária

FRANCISCO DE PAULA

A Reforma Agrária tem mobilizado vários setores da sociedade brasileira. As posições do Governo, UDR (União Democrática Ruralista) e CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) encontram-se nas páginas 7, 8, 9 e 10. A Editoria de Opinião ouviu Dom Luciano Mendes, que exige maior participação na luta por uma divisão de terras mais justa.

Somente nos últimos seis anos foram incorporados 96 milhões de hectares de terra aos latifúndios já existentes no país. Isto representa o dobro da área necessária para se fazer uma reforma agrária, a fim de que 10 milhões de famílias de agricultores sem terra não continuem à margem do processo democrático, segundo Dom Luciano de Almeida, secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Dom Luciano Mendes, que apresentou ao Papa, no dia 16 de Junho último, um dossiê intitulado "Assassinatos no Campo", diz ser missão da Igreja anunciar a fraternidade e a dignidade da vida humana entre todos. E, por isso mesmo ser impossível um critério não participar da reforma agrária, uma vez que as maiores injustiças encontram-se no campo.

A Igreja exige que a reforma agrária seja realizada de modo pacífico sem demora e com eficácia. Ela não apresenta, contudo, um plano concreto para a

melhor distribuição de terras. De acordo com Dom Luciano Mendes, a função da Igreja não é técnica, mas sua participação política visa à justiça, por meio da distribuição equitativa da terra e uma divisão conveniente dos recursos a serem nela empregados.

Atualmente, a participação dos membros das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) têm sido intensa na defesa dos direitos, através do apoio à organização do povo. Deste trabalho participam, muitas vezes, membros de outros grupos políticos sobretudo do PT. Todavia, segundo Dom Luciano Mendes, a Igreja não tem partido político e exclui a violência em seu exercício político. Diz ainda ter a participação de membros da Igreja na ocupação Pacífica de terras como finalidade chamar atenção para o quadro de injustiças vigente no país. E conclui ser a ação da igreja pacífica e pelos meios legais, não impedindo que se pretenda um aprimoramento da lei.



Lisistrata pausa na Escola Parque

CLAUDIO TOURINHO

Depois de sobrevoar com um escudo voador o Palácio do Itamarati, a troup de Aristófanes pousou suavemente no palco do Teatro da Escola-Parque. Um ancião, dizendo ser o pai da diplomacia e um exímio construtor de máscaras, posou para os fotógrafos cercado de lindas e sedutoras mulheres. Uma delas subiu num palanque improvisado e disse: "Nós temos o poder. As mulheres farão a nova carta magna. Vamos organizar esta zona". Então as mulheres passaram a seduzir os próprios fotógrafos e, retirando seus filmes, deixaram a cidade inteira na curiosidade e no cio.

Quem quiser se aventurar não pode perder "Lisistrata" ou "A greve do sexo", que está em cartaz na Escola-Parque até o dia 31 de agosto, sempre às 21:00 horas. O texto, do grego Aristófanes, foi traduzido por Millor Fernandes e dirigido por Delson Antunes. O elenco conta com 16 atores e é encabeçado pela atriz Ana Borges (aluna da UnB) que interpreta a ateniense Lisistrata. É a primeira montagem brasiliense da peça.

Ingressos antecipados estão sendo vendidos no Cine Foto JM (ala sul do minhocão da UnB) e CLNs 403, 408 e CLS 202 com preço especial: Cz\$ 30,00. Na bilheteria do teatro: Cz\$ 50,00.

Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Professores Responsáveis: — Hélio Doyle, José Salomão David Amorim, Muriel César Ramos, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira (fotografia). **Editores:** Ida Pietricovsky de Oliveira, Greice Angelotti Neves, Marcelo Feijó, Margareth Marmori, Cláudia Rangel Gonçalves, Cláudio Tourinho, Guilherme Evelin, Júnia Cláudia Gondim, Mario César Lopes da Rosa, Paulo Alberto Fortes, Li-

lian Fonseca, Margarete Vitória, Sandra Sato, Reinaldo de Freitas, Ana Teresa Serpa, João Anderson Alves de Jesus, Jorge Luiz Maya, Cláudia Moema. **Repórteres:** Jane Maria Andrade de Araújo, Ruth Maria Frota, Roselle de Castro, Ceci Anett de Almeida, Jorge Lage, Benedito Augusto Rodrigues, Raquel Flores, Susana Madeira Dabal, Ana Helena Rossi, Cláudia Prado, Regina Elizabeth de Araújo, Telma Regina Pavarino, Adriana Soares de Vasconcelos, José Floriano Pereira, Nathália Kneipp,

Mário Celso de Araújo, Jaul Ramalho de Castro, Francisco de Paula Filho, Nilva Rios, José Carlos F. Vieira, Ana Paula Padrao, Pedro Henrique Mansur. **Diagramação:** Chico Amaral. **Fotografia:** Antônio Márcia, Paulo Paniago, João Carlos Fontoura. **Laboratorista:** Jeová Xangô. **Ilustrações:** João Batista Paganine, Humberto Junqueira, Mário Viggiano, Adriano Valle.

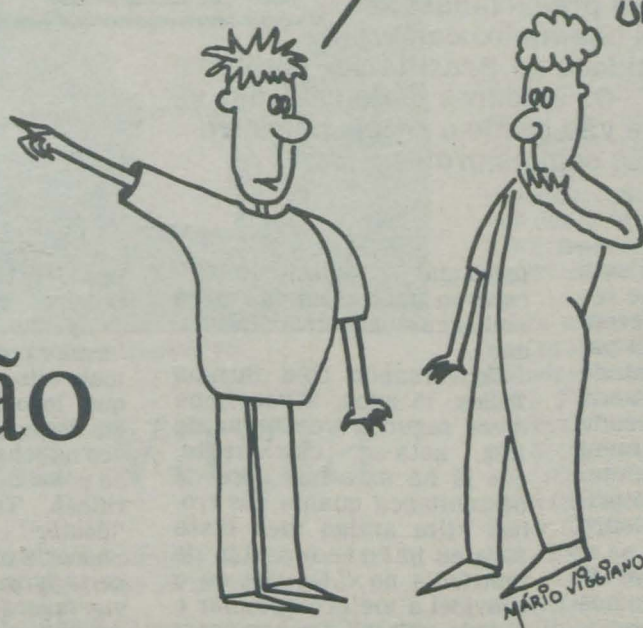
Composição, Revisão, Montagem e Impressão: CORREIO BRASILIENSE

ENSINO FALIDO

Curso de graduação não atende mais



Antropólogo,
Sociólogo,
Comunicólogo,
Mestrado na França,
Doutorado nos EUA,
Alto Funcionário do governo,
50 livros publicados,
Já viajou o mundo todo,
fala 20 línguas,
**E QUANDO SOBRA
UM TEMPINHO,
dá aula
na UNB**



MARCO VIEIRA

ANA HELENA E
ROSELLE AMORIM

Falta de professores, caos na matrícula, desinteresse pelas aulas, falta de equipamento, métodos didáticos superados, falência do sistema de estágios, curso básico inútil, métodos de avaliação inadequados. A UnB se olha no espelho e reflete uma imagem feia em matéria de ensino. Esta a constatação de uma semana de debates sobre a situação do ensino na UnB, que reuniu 35 professores e apenas 15 alunos, durante uma semana, na primeira fase do Fórum sobre Ensino de Graduação de 11 a 28 de agosto, promovido pelo Decanato de Ensino e Graduação.

O Campus, nesta matéria, relata as conclusões do Seminário, baseado em depoimentos do prof. Aloylson Pinto, Coordenador do Evento.

CICLO BÁSICO INÚTIL

De acordo com as discussões, os problemas começam antes do ingresso do aluno na UnB. O prof. Aloylson Pinto referiu-se ao fato do ensino de 2º grau não preparar satisfatoriamente o aluno para cursar o 3º grau. "Além disso, o vestibular não mede conhecimentos nem seleciona adequada-

FOTOS: ANTÔNIA MARCIA

mente os alunos", explica. Mas é o Básico, na Universidade, um dos pontos críticos do ensino de graduação. Originalmente, esse ciclo deveria preencher as deficiências da escolarização anterior, orientar os alunos segundo as opções vocacionais e prepará-los, assim, para o Ciclo Profissional. A realidade, porém, é outra. Hoje, os professores se queixam do fato de os alunos mudarem o tempo todo de curso, e, ao mesmo tempo, os alunos reclamam da falta de orientação. Problemas como a composição curricular, o número de créditos insuficientes, a adequação das disciplinas aos cursos, o número de alunos por turma e a desvalorização dos professores que ensinam no 1º Ciclo constituem as principais insatisfações de alunos e professores quanto ao Básico.

O prof. Aloylson destaca, porém, que esses problemas poderão diminuir nos departamentos com currículos novos, onde houve uma reavaliação do conteúdo das disciplinas. No entanto, não há ainda certeza de que isto ocorrerá.

CAOS ORGANIZADO

"A orientação acadêmica se reduziu a uma mera carimboação de matrículas, que já é um caos or-

ganizado", denuncia Aloylson. Hoje, o sistema de matrículas não consegue preencher as vagas, não resolve o choque de horários e, por isso, é constante o desespero dos alunos atrás de vagas. Na tentativa de amenizar a situação, um novo sistema de matrículas vem sendo testado por seis cursos da área de Ciências. Dependendo dos resultados, a experiência poderá ser ampliada para toda a Universidade.

SALA DE AULA MORREU

A situação da sala de aula é catastrófica. Falhas como a desatualização dos métodos didáticos, a ênfase em processos memorísticos (a velho decoreba) tornam a aula desinteressante, improdutiva, chata e cansativa. A consequência maior dessa apatia é a ausência de crítica e debate na sala de aula.

Ao mesmo tempo, a didática tradicional dissocia, por completo, o ensino da pesquisa e da extensão, tornando os conteúdos das disciplinas velhos e cristalizados. Houve unanimidade quanto à carência de formas efetivas de avaliação, não apenas do aluno, mas do processo de aprendizagem como um todo. A eficiência dos métodos tradicionais, tais como a prova, os seminários e os

trabalhos foi contestada. Eles não resolvem e frustram tanto o aluno quanto o professor.

As falhas docentes, apontadas pelos alunos, são inúmeras. Elas vão desde o atraso constante do início das aulas até a ausência completa de planos de ensino. A situação se agrava com a falta de dedicação de ensino. A situação se agrava com a falta de dedicação de professores, com as indicações bibliográficas que nada têm a ver e com a falta de livros na biblioteca.

A falta de infra-estrutura impossibilita condições mínimas de ensino. Os laboratórios não têm funcionários e equipamentos em número e em qualidade suficientes. Faltam verbas. O material didático não atende às necessidades do ensino. Nesse sentido, as falhas qualitativas e quantitativas, apontadas por professores e alunos, constituíram o grande ponto de encontro entre os dois segmentos da comunidade universitária.

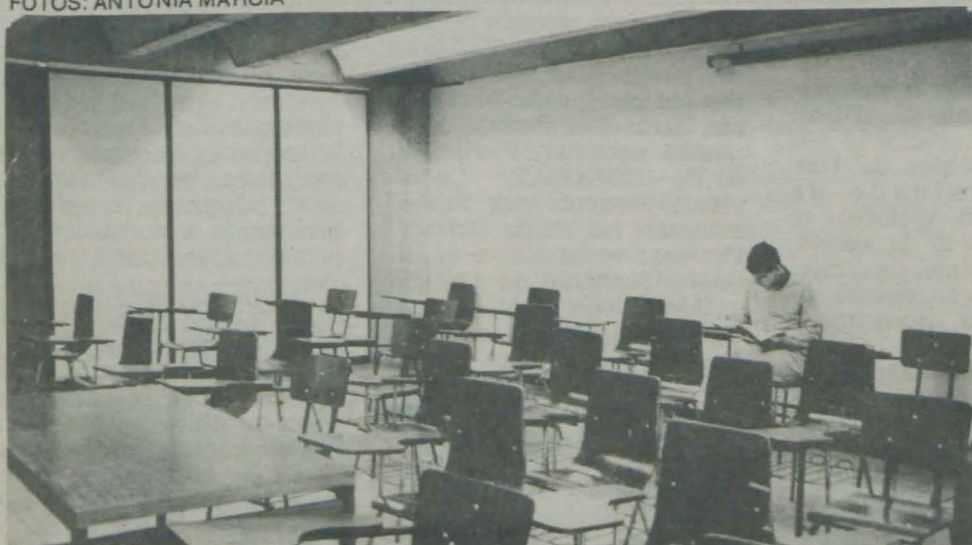
Os estágios são outros pontos críticos do ensino de graduação. Questionou-se seu significado para o amadurecimento profissional do aluno, duração, relação com o ensino, a pesquisa e a extensão e o total descaso com que é

tratado em algumas áreas. Concluiu-se que o estágio, como se apresenta não está servindo para nada. Para encaminhar todos esses problemas, os alunos sugerem a formação de conselhos de ensino compostos também por professores, em cada departamento.

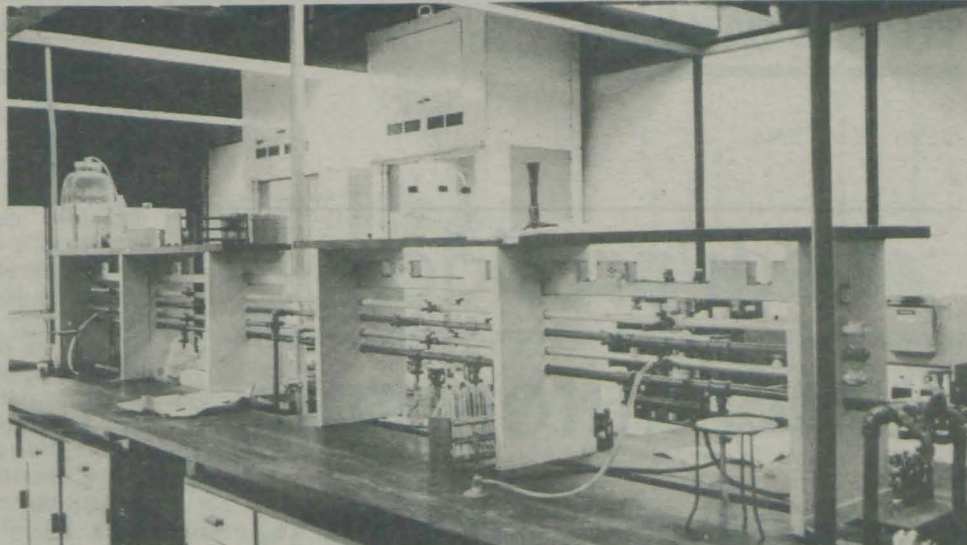
CONTATOS ALUNOS E PROFESSORES

Segundo Aloylson, existe um certo constrangimento dos professores em apontar falhas de seus colegas. Nesse sentido, os alunos participantes demonstraram um conhecimento dos problemas do ensino de graduação quase semelhante aos professores. "Isso possibilita a articulação dos professores e alunos em um movimento político para começar a encaminhar as propostas do Fórum", disse Aloylson.

As conclusões do Fórum serão encaminhadas aos Centros Acadêmicos, aos Departamentos, a Reitoria e demais instâncias para avaliação. No dia 28 de agosto, será realizada a assembleia da 1ª fase do Fórum, quando será submetido ao plenário o resultado dos debates e escolhido o tema do próximo evento, provavelmente um dos temas mais críticos do ensino de graduação.



8:15 hs. Onde estão os alunos e o professor?



Os laboratórios não oferecem condições adequadas de funcionamento

CALOURO:

Onde Anda Você?

Dentre os 7.975 inscritos para o segundo Vestibular da UnB, apenas 734 estão matriculados. As 840 vagas oferecidas não foram totalmente preenchidas. São 513 novos alunos: Os chamados calouros.

Um mês na Universidade de Brasília não significa "sentir-se em casa". Os calouros já detectaram várias dificuldades que vão desde o receio pelos trotes, até a insatisfação com os professores.

NATHÁLIA KNEIPP SENA

Por favor, onde é a sala BI-15?" Aquele que fez essa pergunta foi recentemente parabenizado por parentes e amigos pela grande conquista de ter ingressado em uma Universidade, onde não se paga uma "gorda mensalidade" e, por conseguinte, circula-se sob o signo do privilégio — trata-se do calouro da UnB.

A palavra calouro, por si só, faz brotar um sorriso nos lábios de quem a pronuncia. Por que as pessoas sorriem? Existe um estereótipo do calouro? Certamente que há uma espécie de pseudo definição do calouro ou "bicho" (como é chamado em algumas Universidades), que o caracteriza como um ser potencialmente sujeito a enganos e, especialmente, trotes... Há dois anos, no Departamento de Comunicação, um professor e uma turma de calouros, após uma preleção do mestre sobre a liberdade de culto, rezaram uma Ave-Maria e um Pai-Nosso. Deveras normal caso não fosse o professor um aluno recém-formado que, de passagem pelo Departamento, resolveu colaborar com a encenação dos veteranos. Um dos trotes mais famosos, contudo, ficou sendo o da turma de calouros que, sob a promessa de ganhar um ponto na média final, saiu de sala incumbida de uma missão especial: medir, "by" régua, o comprimento do Minhocão! E, por falar em Minhocão, é impossível não lembrar o ca-

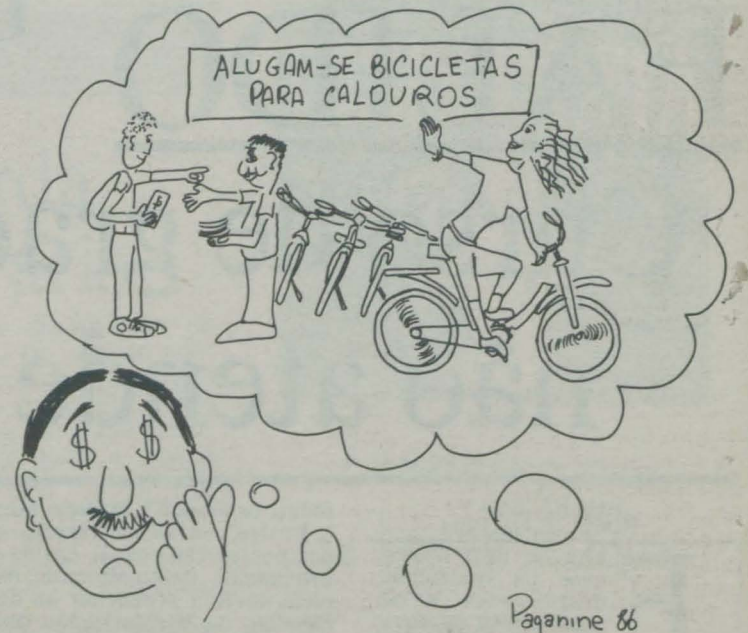
louro que, no subsolo do ICC, esperou pacientemente para embarcar no transminhocão...

Conversando com Suzana Telles, 15 anos, a caçulinha desse segundo vestibular de 1986, nota-se, claramente, que já há uma boa dose de desconfiança quanto aos trotes: "Um amigo meu disse para eu ir furar o cartão de matrícula no C.O., daí eu o convidei a me acompanhar e ele não quis ir". Suzana espera que a UnB lhe possibilite fazer um bom curso de Odontologia. Recusa o rótulo de "Minigênio" que o **CORREIO BRAZILIENSE** lhe atribuiu e está estranhando a duração das aulas: "Estava acostumada com aulas de 50 minutos. Para Mário Jorge, calouro da Geografia, única dúvida ainda não esclarecida refere-se à possibilidade de conseguir transferência seja para o curso de Economia, seja para o curso de Sociologia, sua primeira e segunda opção, respectivamente.

O problema da informação é uma constante entre os calouros. A UnB não conta com um programa informativo, o que transparece, de forma unânime, nas queixas quanto à inexistência de orientação. O professor orientador é tido como um ser inacessível, ora pela indefinida ausência do Departamento, ora pela escassez de tempo disponível ao auxílio dos estudantes. As decepções começam por aí e há professores que contribuem deliberadamente para isso.

Léa Marta, caloura de Estatística, comentando o desempenho dos professores, "achava que eles eram do mais alto nível". Acrescenta que, logo na primeira aula, um de seus professores escreveu na lousa o nome, precedido pelos devidos títulos honoríficos. Tratava-se de um "doutor" (quem sabe um "honoris causa"?), o que, de certa forma, criou expectativas favoráveis quanto ao seu desempenho. Qual não foi a decepção, quando esse "doutor" errou um dos princípios básicos, referente à matéria, que o aluno recém-saído do 2º grau conhece tão bem. Chamada a sua atenção pelos alunos, que lhe (mostraram) a falta, corrigida pelo próprio livro adotado, saiu-se com a seguinte resposta: "O livro é muito bom, mas apresenta erros neste capítulo".

Gerir a própria trajetória acadêmica, sem palpites ou interferências, que não sejam as do computador, é a sina do estudante da UnB. O calouro vai descobrindo isso aos poucos. Suas observações, nesse contexto, são valiosas. Equivalem ao primeiro olhar, ou seja, possibilitam a detecção das vantagens ou desvantagens da Universidade, que escapam àqueles que já fizeram da UnB uma espécie de cotidiano maçante e inevitável. Uma caixa de sugestões para calouros, colocada em pleno Ceubinho, não ficaria vazia por muito tempo (incluindo as gracinhas dos veteranos e jogadores de truco).



Ana Paula, caloura da Educação Artística, reclama da distância que percorre todas as terças-feiras entre as duas primeiras aulas. A primeira acontece na sala B-2-27 e a segunda no Anfi-2. Pergunta o porquê de "ninguém ter pensado em alugar bicicletas aqui no Campus". Imagine a metamorfose do Campus da UnB se, aceita essa sugestão, fosse também proibida a circulação de carros nas pistas internas do Campus e estimulada a circulação de charretes. Seria uma verdadeira ilha de Paquetá. Verde não falta... por que não?

"Guardar a imaginação, estando em um lugar onde, dentre outras coisas, se produzem idéias", gritam alguns "é impossível"! O calouro não encontrou a Universidade

paralisada por uma das famosas greves. Também não encontrou um Diretório Central dos Estudantes estruturado, por opção dos próprios alunos, que não compareceram às urnas. A UnB aparenta apatia no ano da famosa desconhecida Constituinte. O atual Reitor, Cristovam Buarque, dirigiu uma carta aos calouros no Boletim da UnB, nº 39. Para o Reitor, as boas-vindas "devem oferecer a aventura de conquistar uma Universidade que deseja mudar e para isto necessita de ser seduzida para ser recriada graças à inconformidade dos jovens". E nesse contexto de sedução e reinvenção que voltamos, mais uma vez, nossos olhos para aqueles que tramitam sob o signo do privilégio.

ELEIÇÕES DA ADUnB

Sadi presidente quer autonomia para os partidos

ANA HELENA

O prof. Sadi Dal-Rosso é o novo presidente da ADUnB — Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, cujas eleições se realizaram dia 27 de agosto. Sadi, descendente de italianos da 3ª geração, cursou sociologia no RS, mestrado e doutorado nos EUA. Possui vários artigos publicados tanto no Brasil quanto no exterior. Na UnB, foi coordenador do curso de pós-graduação do Departamento de Sociologia. Recentemente, publicou um livro intitulado "As Condições de Emprego do Trabalhador Menor".

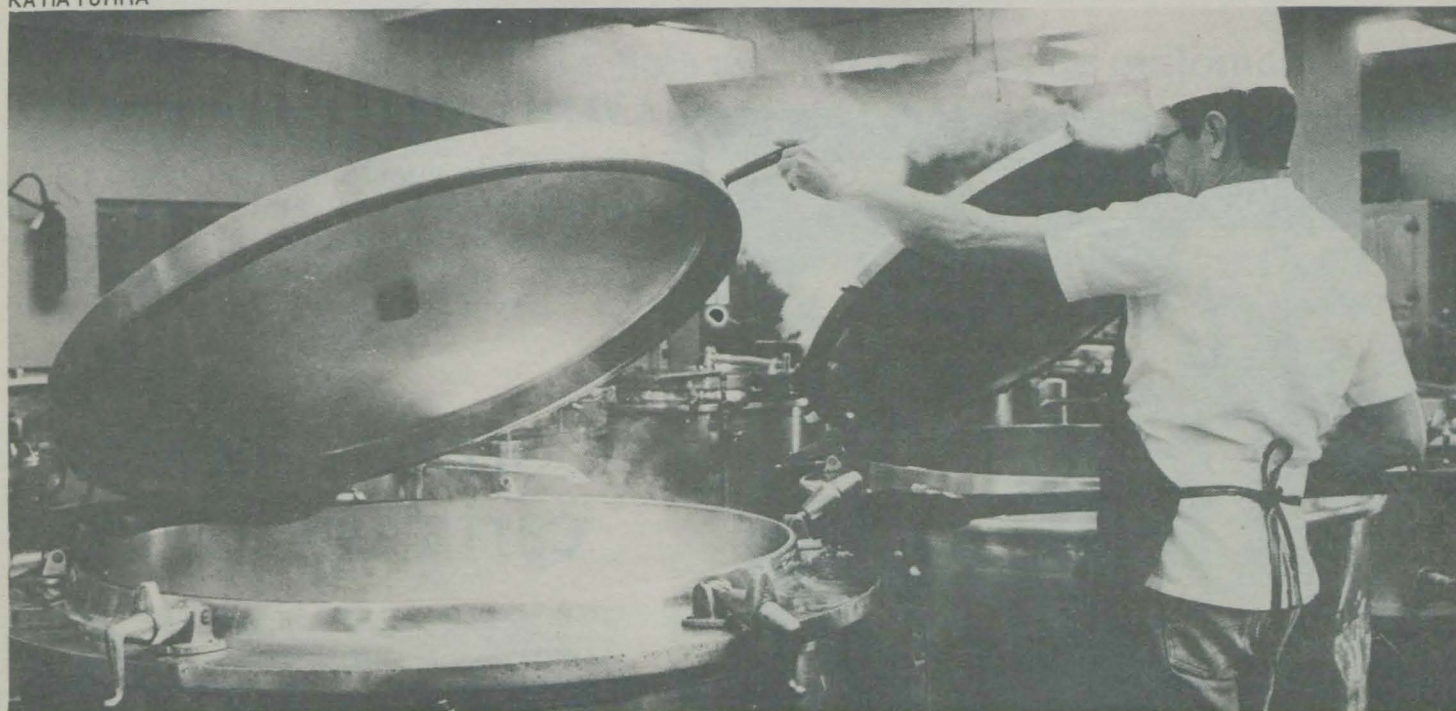
Desde 1978, quando regressou dos EUA, esteve ligado ao movimento dos trabalhadores, em geral, e dos professores, tanto em âmbito local quanto nacional. Participou da 1ª — CONCRAT — Conferência Nacional dos Trabalhadores, em Praia Grande. Por duas vezes esteve na diretoria Nacional da ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior: uma vez como vice-presidente da região Centro-Oeste e a outra como vice-presidente nacional da entidade. Na UnB, foi vice-presidente da ADUnB, na gestão 82/84.

Autonomia em relação à reitoria e aos partidos políti-

cos e um compromisso sério com o movimento dos professores é o que pretende a atual diretoria. Suas propostas básicas giram em torno da consolidação das conquistas democráticas ao nível do ensino, da pesquisa e da extensão bem como a construção da política universitária na UnB.

Juntamente com Sadi Dal-Rosso foram eleitos Murilo César Ramos, Comunicação; Vicente de Paula Faleiros, Serviço Social; Ivonette Santiago de Almeida, Medicina Complementar; Maria Rosa Abreu de Magalhães, Métodos e Técnica; Maristela Rocha Belloni, Estatística, e João Antônio de Lima Esteves, Desenho.

KATIA TURRA



Na cozinha do bandejão os funcionários trabalham de segunda à domingo. Eles querem descanso

Domingo de panela vazia

TELMA REGINA PAVARINO

Se antes os estudantes que dependem do Bandejão já encontravam dificuldades com a falta do jantar de domingo, essa situação pode se agravar caso não haja entendimento entre a Reitoria e os funcionários que reivindicam a retirada também do jantar de sábado.

Os servidores do restaurante alegam que há uma sobrecarga horária e que o sistema de plantão para os finais de semana não compensa pelo fato de ser baseado em horas extras. Dorivan Ferreira, Delegado Sindical

dos funcionários da UnB, afirma que o mais importante seria uma redução de jornada de trabalho. Para isso, propõe-se como solução uma complementação do quadro de pessoal. Quanto às horas extras, sugeriu-se um aumento do valor pago, além de um auxílio-transporte para os finais de semana.

O professor Antônio Ibañez, Decano de Assuntos Comunitários, mostrou-se favorável às reivindicações dos funcionários, mas acha que o assunto precisa ser melhor discutido com a administração. Na opinião de Ibañez, haveria necessidade de opção entre a

folga ou o aumento das horas extras. As duas coisas seriam difíceis.

A AMAE, Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil, acha justa as reivindicações dos funcionários, mas vai se mobilizar para manter a refeição de sábado e, se possível, a inclusão do jantar de domingo. Os alunos não aceitaram a proposta da Reitoria para que sejam distribuídas marmitas, alegando não terem condições de armazenar o alimento. Mas sugerem que a Reitoria contrate um restaurante fora do Campus e lhes dê auxílio-transporte para frequentá-lo.

Comunidade demite professor

REGINA ELIZABETH

De repente, um fato interessante acontece aqui na UnB: a comunidade acadêmica denuncia professores. O caso mais recente foi com o professor do Departamento de Química, Aníbal Armando Inocêncio. Foi aberto um processo contra ele sob acusações que vão desde atritos com alunos, colegas e funcionários até desaparecimento e danos ao patrimônio do departamento.

Um outro processo já conhecido é contra o ex-diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, José Francisco Paes Landim. O processo do professor Landim teve início quando ele fez uma alteração na menção de um aluno dada pelo professor responsável da disciplina. Este professor pediu a abertura de uma sindicância, que ainda se encontra em fase de defesa. Após sua conclusão, deverá ser submetido ao parecer do reitor Cristovam Buarque.

Parece que tudo isso decorre de uma universidade mais participativa, e, portanto, mais exigente. Para Cristovam o mais importante foi a iniciativa ter partido da comunidade. Segundo ele, a administração não tem condições de observar cada professor, cabendo à comunidade "fazer um trabalho para cobrar seriedade e competência. De nossa parte, estamos dispostos a fazer tudo que for possível para isso".

Honoris Causa na UnB: quais os critérios?

CLAUDIA RANGEL

No dia 12 desse mês, a UnB concedeu o seu sétimo título de Doutor Honoris Causa, desde sua fundação. Foi para o presidente uruguaio Júlio Maria Sanguinetti. Em vinte e quatro anos de existência, a UnB conferiu este título a três presidentes, um cientista, um educador e um rei. Foram eles: o Ex-presidente francês, General Charles de Gaulle (1965), o Doutor Albert Sabin (1971), o ex-presidente do México, José Lopes Portillo (1980), o jornalista Roberto Marinho (1981), o reitor americano Padre Theodore Martin Herburg (1981) e agora, o presidente Julio Sanguinetti.

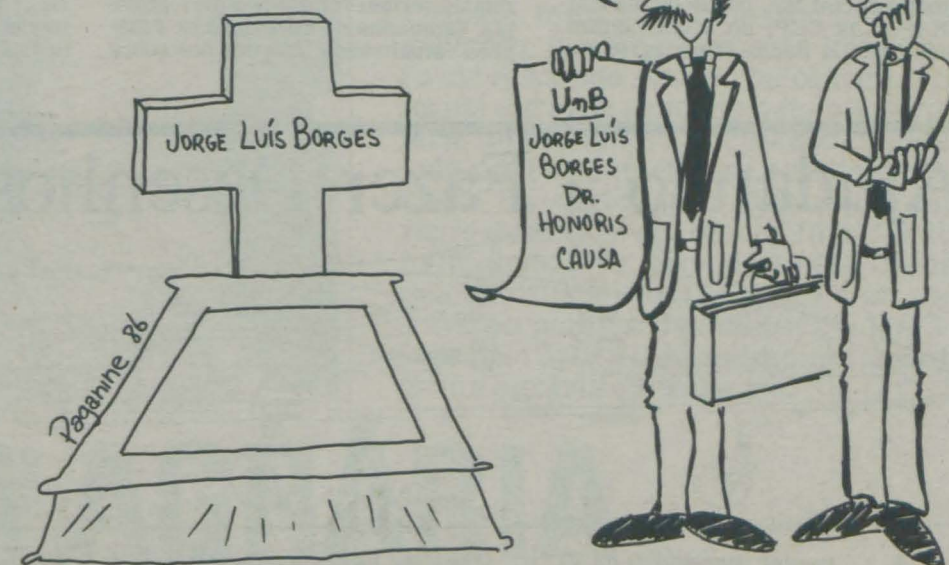
Curiosamente, apenas um brasileiro, recebeu o título, foi o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. Durante o discurso de outorga do título, o ex-reitor, José Carlos Azevedo, afirmou que "...a Universidade distinguiu o cidadão permanente atento ao futuro de nosso país, indissolavelmente vinculado ao nível e qualidade de informação da opinião pública". Afinal, quais são os critérios utilizados para que uma personalidade

receba este título oferecido pelas universidades?

O primeiro passo é a indicação. Segundo o Regimento da UnB, a indicação de nomes para a concessão de títulos de doutor Honoris Causa só pode ser feita pelo Reitor, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Ensino e Pesquisa. A indicação, em seguida, é levada ao Conselho Universitário que, por meio de votação, aprova ou não o nome.

Este era o procedimento normal até a saída do reitor Azevedo. No entanto, desde que assumiu a Reitoria, o professor Cristovam Buarque, com o objetivo de fazer com que a indicação seja mais democrática e conte com o respaldo da comunidade acadêmica, tem preferido consultar os departamentos da área do possível candidato antes de indicar seu nome para votação no Conselho. Foi o que aconteceu no caso de Sanguinetti e aconteceria também no caso do escritor argentino Jorge Luis Borges.

No segundo semestre do ano passado, o reitor sugeriu ao Departamento de Letras que fosse concedido ao escritor o Título de doutor Honoris Causa. Mas infelizmente, a democracia



às vezes é confundida com burocracia, e o Departamento demorou tanto para dar um parecer a respeito que Borges morreu no dia 14 de junho sem receber a homenagem.

O próximo título, agora deverá ser concedido ao jornalista Carlos Castello Branco, que será o segundo brasi-

leiro a recebê-lo. Seu nome já foi aprovado e indicado pelos Conselhos Departamentais da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA) e do Instituto de Expressão e Comunicação (IC). A proposta de indicação precisa agora entrar na pauta do Conselho Universitário.

INFORMÁTICA

LILIAN FONSECA



A VI Feira Internacional de Informática, que aconteceu entre os dias 18 e 24 de agosto no Rio Centro (RJ), reuniu pequenas e grandes empresas da área de informática, atraindo cerca de 40 mil pessoas na exposição.

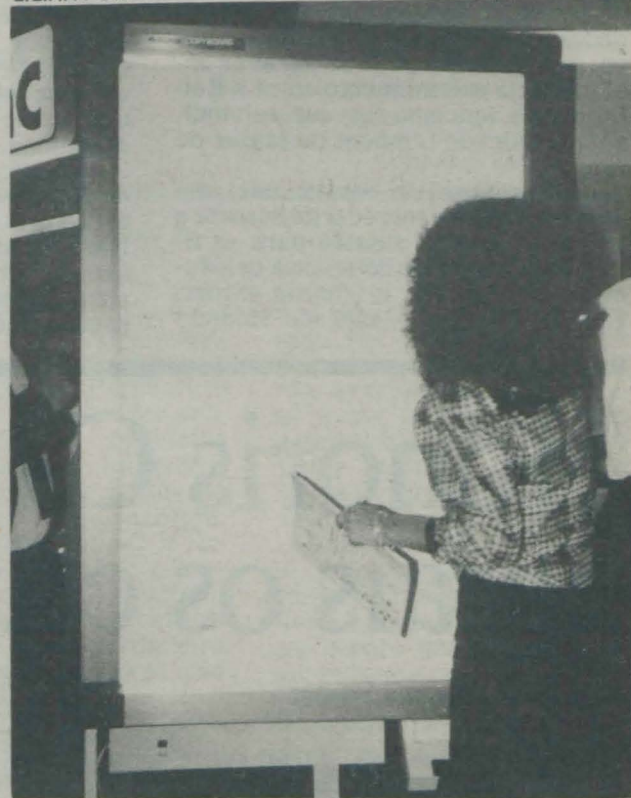
Correios mostra carta do futuro

Cordel hoje é mais do que uma publicação sertaneja, onde poetas e cronistas contam histórias e as distribuem nas feiras populares. Para os Correios e Telégrafos, Cordel é um projeto de envio de mensagens através da eletrônica, utilizando tecnologia digital.

O projeto ainda está sendo aperfeiçoado, mas uma pequena mostra do que ele pretende foi dada na Feira de Informática: você digitava uma mensagem qualquer e ela chegaria à central dos correios próxima ao endereço do destinatário. Depois, os correios processariam e enviariam a sua mensagem num espaço de mais ou menos 15 dias.

Num futuro bem próximo, agilizar a transmissão de mensagens e baratear os custos.

LILIAN FONSECA



Mutirão Pode Chegar ao Campo

“Informática, Produtividade e Expansão Agrícola” foi o tema de um dos seminários apresentados no XIX Congresso Nacional de Informática. Produtores rurais, empresários e representantes do Governo estiveram presentes

LILIAN FONSECA

Embora não comparecendo ao XIX Congresso Nacional e à VI Feira Internacional de Informática semana passada no Rio Centro (RJ) o ministro Iris Rezende foi representado pelo Secretário de Informática do MA, Ricardo Lacourt que divulgou o “Mutirão da Teleinformática”. Ricardo Lacourt explicou que a proposta é cadastrar as informações disponíveis sobre agricultura, usando a capacidade que a informática tem de armazenar essas informações e a capacidade da telecomunicação popularizar o acesso a esses bancos de dados.

O funcionamento do Mutirão é simples. Os computadores estariam na própria Secinf-MA, no IBGE, na EMBRAPA, na CEP, no BNCC; enfim, onde tiverem dados sobre agricultura.

ra. Em frente a estes terminais, ficariam atendentes treinados e com fones de ouvido, recebendo ligações telefônicas não tarifadas. De qualquer ponto do país, um produtor rural poderá telefonar e obter a informação desejada. Assim, ao receber as ligações, os atendentes reformulam a pergunta numa linguagem de 4ª geração, isto é, a do computador. A resposta aparece no vídeo e é transmitida ao interessado.

“O Mutirão”; segundo Ricardo Lacourt, “que criar um canal de comunicação entre o governo, a sociedade consumidora e produtora de alimentos passando pelo extensionista rural, produtor agrícola, empresário e pesquisador”.

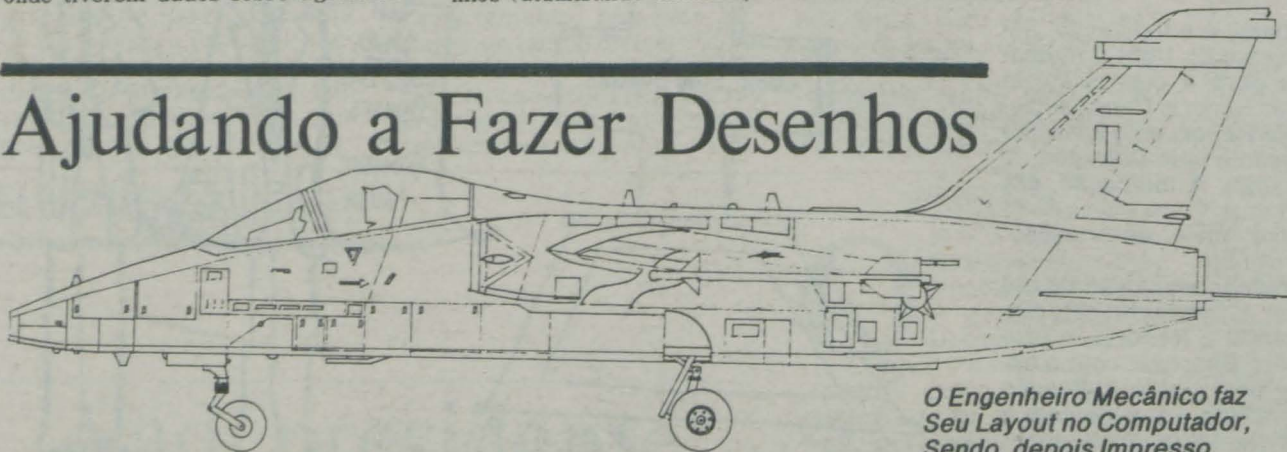
As informações disponíveis nos terminais seriam relativas à meteorologia, campanha de vacinação de rebanhos (atualizando informações sobre

doenças), campanha de defesa vegetal (proteção de pragas nas lavouras), tecnologias alternativas para agropecuária, pesquisas agropecuárias e piscicultura, informações sobre preços de produtos, insumos e serviços agrícolas, além do procedimento de produtores e empresários agropecuários em relação ao Governo Federal.

Caso uma informação solicitada não esteja cadastrada, será, posteriormente investigada ou pesquisada e remetida ao interlocutor por telefone ou pelo correio.

O projeto Mutirão da Teleinformática já está sendo discutido no ministério e em outros órgãos ligados ao campo. Se o plano for aprovado, Ricardo acha que terá início o ano que vem. Ainda neste ano, seriam gastos cerca de 30 milhões de cruzados para sua implantação e em 87 quase 130 milhões de cruzados.

Ajudando a Fazer Desenhos



O Engenheiro Mecânico faz Seu Layout no Computador, Sendo, depois Impresso

A Itautec apresentou na VI Feira Internacional de Informática no Rio de Janeiro, um sistema gráfico voltado para a confecção de desenhos técnicos em geral, ilustrações e gráficos, que podem auxiliar áreas como a arquitetura, engenharia, geografia entre outras.

O sistema funciona num microcomputador I-PCxt, um teclado também I-PCxt, memória 512 Kbytes, monitor de Vídeo, uma impressora gráfica e uma mesa digitalizadora “A 3.” Esta mesa serve como um dispositivo genérico de entrada de dados gráficos e numéricos, permitindo o seu processamento no computador. Os desenhos podem ser passados para o computa-

dor via mesa ou via teclado. Depois de verificada a imagem no vídeo, dá-se a reprodução por uma impressora “plotter” ou gráfica. É possível modificar e ampliar pontos dos desenhos e também imprimi-los.

Esse sistema só roda em PC da Itautec e custa, atualmente, 20 mil cruzados.

Ensino Automatizado

O que os professores achariam de dar aula como se estivessem numa era automatizada? Não é difícil imaginar, pois a Dismac lançou na VI Feira Internacional de Informática no Rio Centro, dia 18, um “Copyboard CB 500”. O Copyboard é um aparelho inédito no Brasil e substitui painéis, flanelógrafos e até o tradicional quadro-negro.

A informática, por vezes acusada de limitar a formação do estudante, vem trazer mais uma contribuição à comunidade acadêmica. Quando numa exposição, por exemplo, o ouvinte não precisa se preocupar em fazer anotações, porque o Copyboard tem um dispositivo que pode fazer cerca de 155 cópias do que foi escrito na tela. As cópias são de tamanho ofício e sua reprodução em rolo de papel 3M é exatamente como se lê, ou seja, na vertical.

O Copyboard pode ser ajustado conforme o tamanho do expositor — 20 cm para cima ou 20 cm para baixo. A tela é giratória, toda demarcada e não retém manchas ou marcas. É claro que muitos anos deverão se passar até que esse instrumento possa compor os salas de aula, mas vale sonhar...

Num país de oito milhões de quilômetros quadrados de extensão, a redistribuição fundiária deveria ser um assunto fácil de resolver. Contudo, da teoria até a implantação de fato, muita controvérsia marca os personagens envolvidos. O CAMPUS promove o debate, entrevistando o ministro

Dante de Oliveira e o líder da maior facção direita brasileira: Ronaldo Caiado, presidente da UDR.

Ana Paula Padrão

Ninguém é contra a reforma agrária, desde que seja feita na terra dos outros. Quando envolve a própria fazenda, a redistribuição agrária toma outras proporções, e fica diretamente vinculada à questão do direito de propriedade. Essa é a primeira grande verdade relativa de dezenas. Sob suas ordens de comando, toma rumo a reforma agrária brasileira. Cada personagem envolvido — sigla, órgão ou instituição — carrega a marca da ambigüidade que tem provocado tantas uniões e divórcios no último ano.

Com um orçamento de cerca de dois bilhões de cruzados; o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD — tropeça não só na penúria de caixa mas também na constante crise de chefia. Apadrinhado dos bispos, o ex-ministro Nelson Ribeiro tentou, durante 11 meses, mandar no próprio órgão, sem sucesso: o MIRAD era então área de influência da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

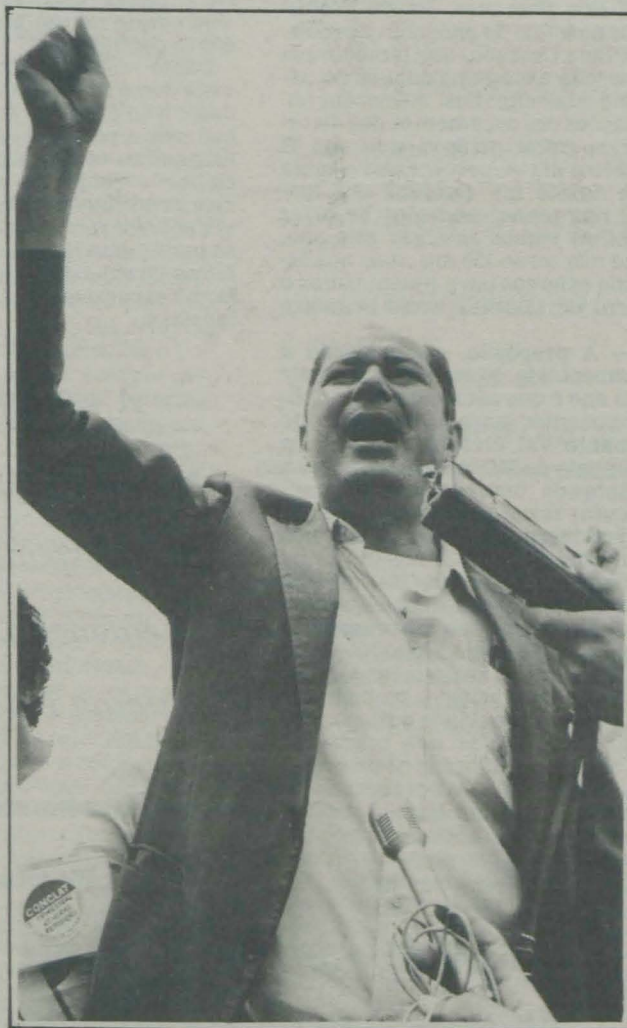
O novo ministro, Dante de Oliveira, mesmo com todo seu currículo de militante esquerdista, sofreu forte pressão da Igreja no sentido de acelerar as desapropriações. Para isso a Igreja, na figura do condutor das ofensivas ao processo de reforma agrária do Governo, o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, disparou em todas as direções, chegando mesmo a brindar Sarney com os mesmos adjetivos usados à época do regime militar. O Governo devolveu as investidas nas palavras do ministro da Justiça, Paulo Brossard, punho forte na condução dos problemas agrários.

Dante perdia o brilho, e perdeu a primeira grande batalha no Governo quando não conseguiu do Ministério da Fazenda um reforço de caixa da ordem de 12 bilhões de cruzados.

Sem rumo certo desde a saída de Pedro



Nas páginas centrais, a reforma de Dante em confronto com a UDR de Ronaldo Caiado. José Francisco, presidente da Contag: "Governo quer preservar latifúndios".



Dantas de sua presidência, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — ainda não sabe por onde ir, já que o próprio Governo não sabe o que quer da reforma agrária. Mas é certo que, quando o trabalho vier de fato, não vai ficar acumulado e perdido nos trâmites comuns aos órgãos do Governo. Afinal, só em Brasília o INCRA emprega quase 6 mil pessoas. O atual presidente do inchado órgão, Rubem Ilgenfritz, espera... Bom para os fazendeiros, nem tanto para os sem-terra.

A morosidade do INCRA, aliada aos conflitos pela posse de terra no interior do País, somava armas que a CNBB não pensava duas vezes antes de usar contra o Governo. Para o Governo, a própria Igreja era a principal responsável pela violência no campo, e, para Sarney, todos os caminhos levavam a Roma, e não passavam antes pela CNBB; que soube da notícia da visita do Presidente ao Papa pelos jornais. Desvinculando a cúpula da Igreja brasileira da iniciativa presidencial, Sarney deixou claro ao Vaticano que não é adversário da Igreja ou dos católicos: o Governo tem diferenças com um pequeno grupo que controla a conduta da Igreja no Brasil, e que vinha interferindo na ordem constitucional, tentando dirigir desde o planejamento familiar e a censura, até as concessões de radiodifusão — passando, é claro, pelo processo de reforma agrária.

Dante, mais à vontade na cadeira de seu gabinete, ganha enfim uma batalha: agora ele responde sozinho pelos rumos da reforma agrária; segundo nota oficial do Palácio do Planalto. Conciliador, tem do seu lado agora também a Confederação Nacional da Agricultura, órgão patronal de representantes do reaciocínio fundiário, intimidado pela força da União Democrática Ruralista — UDR. Esta sim, um entrave na política diplomática e lenta adotada pelo MIRAD para implantar uma reforma agrária que agoniza.

REFORMA AGRÁRIA

Da intenção à verdade: uma grande distância

DANTE:

O projeto de reforma um projeto capitalista

O engenheiro Dante Martins de Oliveira nunca se serviu de sua especialização em cálculo estrutural para a construção de edifícios e arranha-céus, mas possui hoje a oportunidade de tocar uma das mais ambiciosas e arrojadas obras: como Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, cabe a ele a delicada tarefa de remodelar a estrutura fundiária brasileira, preservando, ao mesmo tempo, os alicerces econômicos do país. Por isso mesmo, Dante de Oliveira é categórico: "O projeto de reforma agrária que aí está é um projeto capitalista. Eu não vou acreditar na socialização do campo, enquanto o resto do país vai continuar sendo uma economia capitalista". E fulmina: "Isso seria um absurdo, uma ilusão, uma farsa, enfim, uma cretinice".

Com esse espírito, Dante de Oliveira adiantou ao CAMPUS a sua intenção de promover uma aproximação, por intermédio de um convênio, com a UnB, cujo objetivo seria integrar a instituição no contexto da reforma agrária. E o Ministro, em tom de convite, manda o seu recado: "estamos abertos a propostas".

MARIO CESAR ROSA

Campus — Em primeiro lugar, eu gostaria de saber quais as principais diferenças entre as suas propostas de trabalho e as do ex-ministro Nelson Ribeiro. Gostaria também que o senhor fizesse uma avaliação da gestão de seu antecessor, período em que ocorreram tantos traumas no tratamento do tema reforma agrária.

Dante — Antes de tudo, eu quero fazer justiça a um trabalho extremamente importante que foi desenvolvido na primeira etapa da reforma agrária pelo ministro Nelson Ribeiro. Ele enfrentou dificuldades enormes, de um tema altamente polêmico como é o da reforma agrária. Um assunto que derrubou um governo, o governo João Goulart. Um dos pontos que mais atraiu e uniu a reação contra o governo João Goulart, não há dúvida nenhuma, foi a reforma agrária, que uniu a Igreja, a classe média, os setores militares, pois no Plano de Reformas de Base, que ele iria levar à frente, um dos temas principais era o da reforma agrária. Dessa forma, o ministro Nelson Ribeiro teve o desprendimento, a coragem, e conseguiu levar a efeito essa primeira etapa, consolidando, através de um amplo debate na sociedade, o Plano Nacional de Reforma Agrária, e depois, em maio, os Planos Regionais de Reforma Agrária. Hoje nós temos todo um instrumental para levar a efeito esse programa.

Campus — Então o senhor parte do que foi feito pelo ex-ministro?

Dante — Eu parto exatamente desse ponto onde chegou a reforma e, basicamente, a diferença da gestão dele para a minha vai ser o fato de que nós vamos estar mais voltados para o sentido prático da reforma. Ou seja, vamos procurar dar uma prioridade para os projetos de assentamento. Nós não podemos ficar apenas nas desapropriações e agora nós temos que efetivar o assentamento das famílias em tudo o que foi desapropriado na gestão do ministro Nelson Ribeiro e na atual, procurando desenvolver projetos que tenham condições, inclusive, de dar uma resposta econômica à reforma.

Campus — E por falar em assentamento, o PNRA — Plano Nacional de Reforma Agrária — previa o assentamento de 150 mil famílias em 1986. Porém, os números que vêm sendo divulgados indicam que serão assentadas apenas 8 mil famílias. Ou seja, cerca de 6% da meta. Houve, então, um retrocesso no plano de reforma agrária brasileira?

Dante — Veja bem, os números não são exatamente esses. Oito mil é o número de famílias já assentadas nesses 800 mil hectares já desapropriados. Ou seja, o potencial de famílias a serem assentadas nesses 800 mil hectares é de 33 mil. Dessas 33 mil, nós só temos 8 mil assentadas. Agora, a meta do Governo para 1986 era de 150 mil famílias, mas desde o primeiro dia de nossa posse, eu tenho colocado que é muito difícil atingir essa meta, porque houve um atraso nesse primeiro ano da reforma. Enquanto em outo-

bro de 1985 o Presidente aprovou, através de Decreto, o Plano Nacional de Reforma Agrária, os Planos Regionais de Reforma Agrária só foram aprovados em maio. Os recursos até o mês de julho praticamente não haviam sido liberados. Houve problemas políticos no início do ano, houve problemas com o Plano Cruzado, que também paralisou quase toda a máquina pública do Governo durante quarenta dias, até serem feitas as adaptações nos orçamentos dos diversos ministérios, enfim, atrasou neste ano. E desde o primeiro dia eu percebi isso e sabia que a meta de 150 mil famílias era inatingível. Eu não tenho condições de dizer quantas famílias vamos assentar este ano. Eu só sei que não serão 150 mil, mas nós estamos fazendo esforços para assentarmos o maior número de famílias neste primeiro ano.

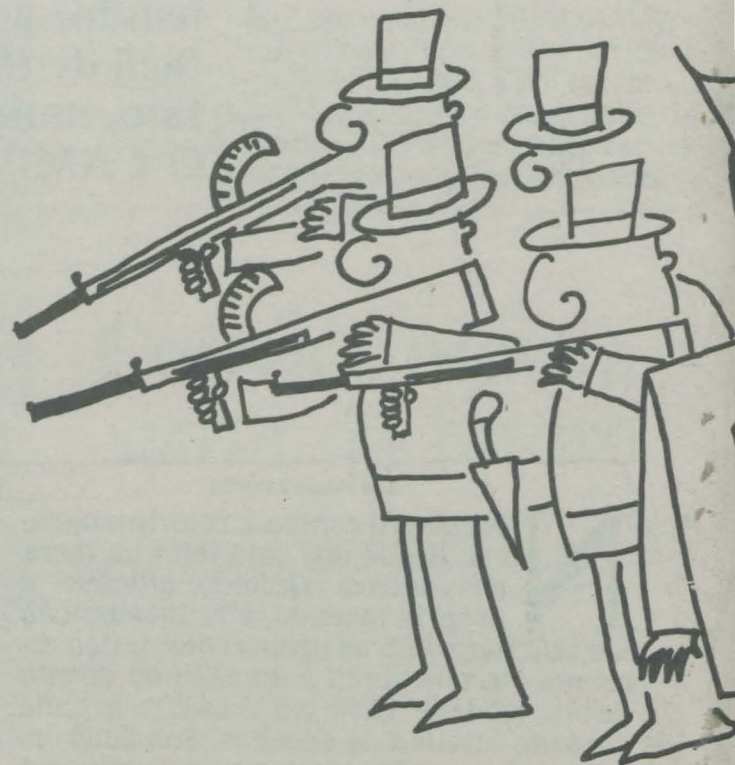
Campus — A propósito, com relação à questão orçamentária, exatamente a partir desta fase do ano é que começam a ser definidos os orçamentos para o exercício de 1987. Em quanto vai crescer, em termos reais, o orçamento do MIRAD?

Dante — Antes de tudo, nós tivemos o cuidado de procurar fazer gestões junto à área econômica do Governo, de tal forma que nós amanhã ou depois não tivéssemos uma verba muito grande e que, ao final do ano, não conseguíssemos alocar todos esses recursos, chegando ao final do ano sem conseguir atingir a meta proposta pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Eu tive o cuidado, este ano, de procurar desenvolver o trabalho de acordo com a nossa capacidade de gasto. Na verdade, nós temos ainda que promover mudanças e alterações internas no principal órgão nosso, que é o INCRA, preparando-o para essa tarefa grandiosa que é assentar 1.400 mil famílias até o final do governo Sarney. Então veja bem, o que eu posso dizer é que vamos ter um grande crescimento, vamos dar mais um sinal positivo de que a reforma agrária faz parte de uma prioridade do Governo, mas eu não gostaria de dizer agora o orçamento que nós definimos com o Ministro Sayad.

Campus — A reforma agrária estaria embutida em uma política agrária, onde também seriam contemplados outros aspectos, como produtividade, tecnologia no campo, etc?

Dante — O importante é nós termos clareza: a reforma agrária não pode ser vista e concebida apenas como um programa de caráter estritamente social, ela tem um caráter social, na primeira etapa, quando se desapropria e se assentam milhões de famílias, que hoje estão desempregadas, sem teto, sem terra, sem alimentação; ao permitir as condições para que as pessoas resgatem a sua cidadania. Numa segunda etapa, para o sucesso da reforma e para que você fixe o homem ao campo, você tem que dar caráter econômico, de viabilizar aquele pequeno proprietário.

Campus — Com essa postura, o senhor



procura retirar a passionalidade com que o tema sempre foi tratado, transferindo sua abordagem para uma visão mais pragmática. O senhor encararia a reforma agrária como parte de um processo de modernização do capitalismo?

Dante — Exatamente. Ela tem que ser vista dessa forma, porque assim é na realidade. Não é porque eu tenho uma visão social, não é porque eu sou um homem socialista que eu vou acreditar que nós vamos socializar o campo, e o resto do país vai continuar sendo uma economia capitalista. Seria um absurdo, seria uma cretinice até de nossa parte, uma ilusão, uma farsa. O que nós temos de entender é que este projeto de reforma agrária que aí está é um projeto capitalista.

A reforma não é revolucionária, mas vai corresponder a uma verdadeira revolução interna em nosso País

Campus — Ele teria uma função distensionista?

Dante — Eu não vejo a questão dessa maneira. Eu vejo que este projeto de reforma agrária, com o caráter capitalista que possui, não deixa de ser um avanço social, porque na verdade, estão sendo criadas oportunidades de acesso à terra a milhões de brasileiros que hoje estão desempregados, como já disse anteriormente. Vai-se integrar essa massa humana no contexto da economia ativa do Brasil. Essa reforma é um avanço social, pois cria oportunidades para que essa parcela ponderável da sociedade passe a ser um elemento humano, e não apenas um número estatístico. Passa a produzir, passa a ter acesso a bancos, passa, enfim, a ter um novo contexto, em termos até de formação cultural. Isso significa, na prática, que a reforma agrária não está sendo feita de forma revolucionária, mas os efeitos decorrentes do assentamento de 1.400 famílias em 10 milhões de hectares, que passarão a ser agricultáveis, corresponderão ao de uma verdadeira revolução interna no país. Precisamos nos ater também aos

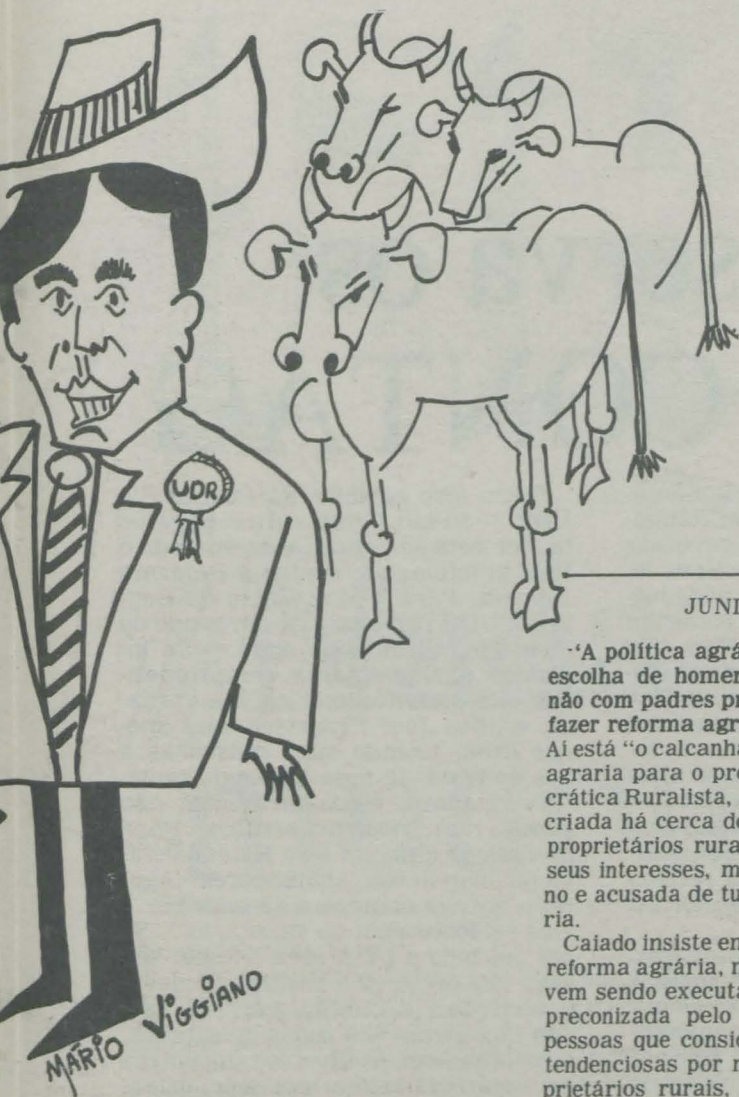
efeitos colaterais da reforma agrária: no momento em que se cria a possibilidade desses trabalhadores se transformarem em proprietários, produtores, aumenta-se a produtividade e institui-se uma mais justa relação de trabalho no campo. Se hoje os proprietários, que são uma minoria, usam milhões de desempregados e subempregados, os bóias-frias, como massa de manobra para rebaixar salário do trabalhador, quando se diminuir a ociosidade de mão-de-obra será promovida uma mais justa relação de trabalho, junto aos trabalhadores que não tiveram ainda o acesso direto à terra, mas que vão continuar sendo assalariados. Esses assalariados terão a sua condição de vida melhorada, pela escassez de mão-de-obra abundante. Os efeitos da reforma agrária vão ser no sentido de um avanço no plano social e vão ser também um avanço no plano econômico.

Campus — Ministro, se por um lado a criação de um ministério específico para tratar da reforma agrária confere um maior prestígio ao tratamento do tema, por outro lado cria-se a possibilidade de que a morosidade que normalmente caracteriza as ações de uma estrutura ministerial retarde o processo da reforma agrária. Como o senhor enxerga esse risco?

Dante — Realmente, o que nós desejamos, e o Presidente da República mais do que ninguém, é ver um aceleração maior da reforma agrária. Agora, esse aceleração nós não vamos conseguir rapidamente. Na verdade, o programa é novo, a realidade política é difícil, porque há resistências muito grandes em determinados setores, que nós enxergamos como minoritários, mas que fazem muito barulho. Assim, eu acredito e tenho plena convicção de que a reforma agrária vai entrar nos trilhos, e esse trem da reforma irá andar mais normalmente, mais naturalmente.

Campus — Outro grande obstáculo que sempre se interpôs foi o de ordem de política, no âmbito do próprio Governo. O ministro que realmente implantar a reforma irá, inevitavelmente, colher fartos dividendos políticos. Sensível a isso, parece que o senhor possui uma proposta para repartir esses dividendos com os demais titulares de outras pastas, fazendo com que se crie em cada ministério dotações específicas para a reforma agrária. Dessa forma, por exemplo, o Ministério da Educação teria uma verba para a construção de escolas nos núcleos de assentamento, e assim por diante. O senhor confirma essa intenção?

Dante — Eu tenho, realmente, uma idéia de que nós em cada unidade orçamentária tenhamos um destaque para a reforma agrária, nos ministérios da Educação, Saúde, Transportes, Agricultura, etc, mas isso, basicamente, nós devemos discutir no âmbito do Conselho Interministerial da Reforma



CAIADO:

Não à reforma agrária de foice e martelo

JÚNIA MELO

“A política agrária pode ser feita com a escolha de homens certos, qualificados e não com padres progressistas. Não adianta fazer reforma agrária de foice e martelo”. Ai está “o calcanhar de aquiles” da reforma agrária para o presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, entidade criada há cerca de um ano e que congrega proprietários rurais do País em defesa de seus interesses, menosprezada pelo Governo e acusada de tumultuar a reforma agrária.

Caiado insiste em dizer que não é contra a reforma agrária, mas sim da forma que ela vem sendo executada, diferente da política preconizada pelo presidente Sarney, por pessoas que considera “descredenciadas e tendenciosas por não terem ouvido os proprietários rurais, mas somente as partes progressistas e de extrema esquerda com o intuito meramente demagógico e eleitoral”.

O presidente da UDR vê o Incra se distanciando de sua finalidade social e acusa o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário de não querer, a princípio, a formação das Comissões Agrárias Regionais (só formadas recentemente), previstas pelo Estatuto da Terra. O estatuto determina o parecer dessas Comissões para a seleção das terras improdutivas para fins de reforma agrária, o que não aconteceu, segundo ele, nos 800 mil hectares de terra já desapropriados sem esse precedente.

Para Caiado, se o Governo propõe a reforma agrária, ele deveria dar o bom exemplo, começando por suas próprias terras o que lhe evitaria muitos transtornos. O Governo não precisaria mexer nas propriedades privadas nem tampouco gastar dinheiro com desapropriações, além de evitar o risco de desestabilização pela intranquilidade que gera para o produtor rural que se vê ameaçado de parar de trabalhar e produzir em sua terra, chegando mesmo a falar em guerra civil no campo, do jeito que a reforma está se desenrolando. Caiado dispõe, para confirmar sua tese, de um levantamento feito no Estado de Goiás, que estipula a desapropriação de 4.220 hectares para assentar 125 famílias, até 1989, e verifica que há uma disponibilidade, somente em terras públicas de 4.856 ha, mais do que suficiente para cumprir a meta do Governo, naquele Estado, que teria ainda 600 mil hectares de sobra.

A segunda prioridade do Governo, na sua opinião seria para os latifúndios especulativos de empresas de economia mista, bancos e especialmente, terras da “Santa Madre Igreja, que nunca produziu nada na vida”. A posição do Governo de reservar suas terras para efeito de colonização e as de propriedades privadas para reforma agrária, mais do que simples estatização, “é confisco e isso não se aceita em regime democrático”, acusa Caiado.

METRALHADORA

As críticas do presidente da UDR são disparadas, preferencialmente, contra deputa-

dos de esquerda, padres progressistas, representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e da CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, responsáveis pelo o que ele chama de “terrorismo agrário” que pune os produtores rurais e desapropria terras produtivas como ocorreu, segundo ele, nos Estados do Paraná, São Paulo e Goiás. Seu alvo predileto, no entanto, é o ministro Dante de Oliveira que se nega, publicamente, a receber os representantes da UDR, o que é, para Caiado, uma atitude estranha para um ministro de Estado que, ano passado, defendia as diretas-já, junto à opinião pública e hoje “age ditatorialmente”. “Com isso ele mostra

*O ministro Dante
que defendeu as
diretas, hoje age
ditatorialmente
e está se
auto-destruindo*

que tem uma idéia política primária de quem participou de política em bases pequenas, achando que deve atender à A e não à B e está se autodestraindo”. E sugere ao ministro Dante se mirar no exemplo do ministro Almir Pazzianotto, sempre aberto ao diálogo com as diversas facções da sociedade.

Se por um lado o Governo menospreza a representatividade da UDR, por outro, seu presidente considera a sua capacidade de mobilização, maior do que outra entidade do País, embora não informe o atual número de associados, adiantando apenas que a UDR está organizada em 13 Estados e tem 33 entidades regionais além de outras provisórias. Ele não revela tampouco as cifras atuais do caixa da entidade mantido por leis e doações feitas por esses proprietários rurais (já se fala em algo em torno de Cz\$ 1 bilhão) e nega que o seu objetivo seja o de eleger representantes constituintes, pois não vê necessidade de mexer nele para ganhar eleições. “Os produtores rurais já mostraram sua capacidade de trabalho e arremataram e estão se organizando para saírem vitoriosos em 15 de novembro”, explica.

A UDR pretende apenas, com esse caixa, ser uma entidade totalmente independente do Governo, em contraponto a outras organizações que recebem recursos públicos e têm assim uma “independência muito relativa”, uma sutil referência aos sindicatos de trabalhadores que defendem a reforma agrária. Para Caiado, a UDR está aberta, para quem se interesse investigá-la através

de seu estatuto legal que define seu campo de ação (direito de participar de debates, sobre reforma agrária e política agrícola, contratar assessoria jurídica para dar assistência aos produtores rurais envolvidas com invasões e desapropriações de suas terras e principalmente, de sua contabilidade.

MAQUIAGEM

A denúncia de que os proprietários, na iminência de serem desapropriados estejam fazendo “maquiagem” em suas terras, na tentativa de caracterizá-las como produtivas, é repudiada pelo presidente da UDR para quem “não se transforma latifúndio improdutivo da noite para o dia nem no prazo entre a vistoria e o assentamento. Seu argumento é de que propriedades destinadas à pecuária levam até 10 anos para se tornarem realmente produtivas e de 2 a 3 anos para se transformar uma terra bruta, voltada para a agricultura, em fazenda rentável, além do que exige um dinheiro exorbitante.

“História de maquiagem é conversa de tecnocrata que vive em gabinetes com ar condicionado, viaja nos “xíngus” do Incra e não sabe diferenciar uma plantação de arroz de uma de trigo e nunca assentou ninguém. De repente, o produtor rural está pagando a fatura desses anos e anos de descarte econômico e é responsabilizado pelos bolsões de pobreza, falta de arroz, de carne, de tudo. Onde está o cumprimento da parte social de quem aplicou no over, no open, no mercado paralelo de dólar, na agiotagem?”, pergunta ele, ressaltando ainda que “quem comprou títulos e é agiota, não tem problema nenhum, mas quem comprou terra para torná-la produtiva é transformado pela esquerda no vilão da história”.

“Se esses homens que querem fazer a reforma agrária, implantando o terrorismo fundiário, pudessem estudar os casos de reformas agrárias no mundo, como o México, Etiópia, Rússia, Chile, Índia veriam que pela coletivização nunca levou ao aumento da produção” e cita dados da União Soviética, que quando fez a sua reforma agrária, pós-revolução, passou a importar de 7.753.013 toneladas de grãos para mais de 32 milhões de toneladas. A sua tese é de que a iniciativa privada é capaz de definir o tamanho ideal das propriedades para que ela seja produtiva e mostra o exemplo americano, onde o tamanho médio das propriedades é de 437 acres e no entanto, consegue produzir para os seus 240 milhões de habitantes e ainda excedentes para exportar, inclusive, para os países da Cortina de Ferro, enquanto na Coreia do Sul, a Reforma Agrária estipulou 7,4 acres com tamanho médio e importa 80% dos alimentos necessários ao povo. Para ele, dimensionando a propriedade rural ela prospera naturalmente, mas acentua que não há melhoria social sem avanços econômicos, portanto, não adianta só transferir e distribuir terra que exige conhecimentos específicos (genética, climatologia, adubação) para lidar com a terra pois é uma área altamente competitiva, e sofisticada. “A gente observa que tocar a lavoura em condições braçais, não dá para o próprio sustento da família quanto mais para gerir renda”.

Agrária. Está prevista a criação desse Conselho pelo Presidente da República desde outubro do ano passado, quando foi aprovado o documento da Política Nacional de Desenvolvimento Rural. Nesse documento, o Presidente previa a criação do Conselho Interministerial da Reforma Agrária.

Campus — Como seria a sua composição?

Dante — Ele congregaria o Ministério da Agricultura, o da SEPLAN, que o presidiria, o da Reforma Agrária, que o coordenaria, Educação, Transportes, Trabalho, Previdência e Irrigação. Nós estamos agilizando para que nos próximos dias seja feita a primeira reunião e instalação definitiva desse Conselho.

Campus — Ministro, para encerrar, eu gostaria de lhe perguntar de que forma a Universidade poderia dar uma contribuição para essa empreitada?

Dante — Eu penso que a Universidade deve fazer parte direta desse grande projeto, que é o da reforma agrária. Nos próximos dias, eu espero firmar um convênio, um protocolo de intenções, com a UnB, para que possamos desenvolver um trabalho nesse sentido.

Campus — Qual seria o objetivo desse convênio?

Dante — Estamos discutindo ainda, examinando as formas pelas quais a Universidade pode efetivamente participar.

Campus — Poderia ser nos moldes do Projeto Rondon, por exemplo?

Dante — Pode ser. Eu acho que a própria Universidade, em cada estado em que se estiver desenvolvendo um projeto de assentamento, colocaria os seus estudantes de agronomia, de veterinária, fazendo estágios, dando assistência, colocando essa minoria que somos nós da sociedade brasileira, que temos acesso à Universidade, ao pico do ensino, a serviço da sociedade, voltando esse ensino para os mais desvalidos, os desfavorecidos, que não conseguiram ter acesso ao ensino. Temos de direcionar esse conhecimento, a técnica, que adquirimos durante nossa vida acadêmica no mesmo sentido do Projeto Rondon, por exemplo, onde os estudantes vão lá, junto aos trabalhadores, para desenvolver uma série de assessoramentos técnicos. Nós vamos ter projetos de reforma agrária no Brasil inteiro, e vamos precisar de muita gente, pois esse contingente humano muitas vezes não poderá ser custeado pela União, e, assim, a Universidade poderá desenvolver um grande trabalho junto conosco.



CLAUDIA MOEMA

“Gosto de medir a organização pela prática de trabalho, pela execução dos projetos”

JOSE FRANCISCO

Governo preserva os latifúndios, diz CONTAG

A Contag não vai admitir essa idéia de propriedade produtiva ou não produtiva. “Esse é um conceito falso que vai contra ao Estatuto da Terra”. O recado é do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco, que acusa o Governo de querer preservar o latifúndio com o nome embutido de área produtiva, contrariando a lei.

José Francisco lembra que o que existe é a propriedade caracterizada ou como empresa rural — que é preservada pelo Estatuto — ou como latifúndio, que nada mais é do que “a propriedade que não desenvolve uma função social e passível de desapropriação por interesse social, em termos de uma política de Reforma Agrária”. Para ele, os latifúndios não atingem um índice que caracteriza que essa propriedade está desenvolvendo uma função social e por isso, ele critica a orientação do presidente José Sarney ao afirmar que propriedade que produz não tem nada a temer. O presidente da Contag exemplifica ao explicar que a existência de algumas cabeças de gado em latifúndios demasiadamente extensos, não se traduz em produtividade ou interesse social.

Outro aspecto da política de Reforma Agrária implantada pelo Governo e que vem sendo alvo de constantes críticas por parte da Confederação é a falta de definição de áreas prioritárias, onde o projeto possa ser elaborado e as metas executadas em cada estado. Segundo o presidente da entidade, “o Governo está se limitando a áreas de conflito de emergência e o plano não pode se limitar a isso, fica disperso”. José Francisco afirma que a desapropriação precisa se dar de forma organizada em determinados

locais pois “decretar o país inteiro prioritário é a mesma coisa que não decretar”.

Aliás, a ausência de áreas prioritárias integra o elenco de críticas divulgadas em nota pela Contag, logo após a implantação do Plano da Reforma Agrária. Ainda de acordo com o Plano, estarão preservadas desapropriações, mesmo aquelas caracterizadas como latifúndio, desde que estejam sendo exploradas em regime de arrendamento ou parceria. José Francisco, a respeito dessa preservação é enfático ao afirmar que um dos requisitos para desapropriar, conforme o Estatuto da Terra, é justamente a incidência de parceiros e arrendatários. E ainda, o plano prevê a concordância do Governo, nas desapropriações mesmo em propriedades latifundiárias. “Isso é subjetivo e não tem nenhum critério”, ressalta o presidente da Contag.

METAS E RECUO

Tímida, aquém da vontade dos mais fervorosos defensores e por vezes mostrando claros sinais de recuo, a Reforma Agrária certamente não irá cumprir suas metas previstas para 1986, quando estava previsto o assentamento de 150 mil famílias, sem falar nas desapropriações. Para o presidente da Contag, no entanto, esse recuo do Governo em relação à Reforma Agrária não é uma coisa dos últimos meses. Na verdade, explica, começou a acontecer em seguida ao lançamento do Plano de Reforma Agrária com seu conteúdo bastante reduzido em relação ao Estatuto da Terra. E mais do que isso, José Francisco afirma que o recuo não está na figura do ministro Dante de Oliveira e sim às pressões que o programa vem recebendo e consequentemente, tendo que ceder a tais pressões.

O jogo de pressões, a correlação de forças muito conservadoras, a direita

que está se organizando, parlamentares comprometidos com latifundiários ou mesmo pressões dos governos estaduais são alguns dos motivos levantados por José Francisco para justificar a lentidão pela qual a Reforma Agrária vem passando no País. Segundo ele, atualmente os próprios elementos que compõem o Governo, ao invés de motivarem e se associarem à idéia de impulsionar o programa, fazem o contrário, e se associam à idéia de inibir o processo. Um exemplo disso, foram os planos regionais elaborados e entregues ao Palácio do Planalto em janeiro e que ficaram retidos até maio, quando só então, foram aprovados.

Mais do que a demora na aprovação dos planos regionais, José Francisco acusa o ministro da Justiça, Paulo Brossard, de adotar um comportamento reacionário e que está sempre descobrindo qualquer pretexto para ir contra a Reforma Agrária. Isto, porque o ministro Brossard acusou o INCRA de ter errado na desapropriação da Fazenda São Joaquim, em São Paulo, e na Granja do Sossego, no Rio Grande do Sul. Tudo começou quando Brossard fez críticas ao ministro Dante de Oliveira e este afirmou que em caso de erro iria punir os responsáveis. Essa atitude do ministro da Reforma Agrária, ao que aparenta, teria agradado o Palácio do Planalto, pois, logo em seguida, o porta-voz, Fernando César Mesquita fez uma declaração afirmando que “quem fala pela Reforma Agrária é o ministro Dante de Oliveira”. Para José Francisco, a exemplo do que ocorreu à fazenda de São Paulo, cujo decreto deverá ser revogado, só serve para comprometer os trabalhos de desapropriação. “Não dá para fazer um cavalo de batalha, porque foi uma entre duzentas e aqueles que investem nisso, são contra a Reforma Agrária”.

Outro alvo na mira da Contag é a UDR — União Democrática Ruralista, que vem se organizando em todo o País proclamando contra à Reforma Agrária. Para o Presidente da Contag, a UDR não passa de um grupo de elementos direitistas, onde estão incluídos parlamentares comprometidos com os latifundiários. Na verdade, explica José Francisco, eles apenas estão tirando suas máscaras e não se trata de uma ideologia nova. “Na ditadura, esses elementos não precisavam mostrar serviço. Para que gastar dinheiro se o Estado estava policiando os trabalhadores? Agora, o Estado começa a se encolher e eles estão tirando as máscaras”. Se por um lado a UDR leva adiante seu esquema de frear a política de desapropriações, a Contag, por sua vez, não fica atrás. Em todos os estados, vem promovendo diversos encontros de esclarecimento e inclusive, orientando toda a classe trabalhadora a votar, para a Assembleia Nacional Constituinte, naqueles candidatos que certamente, levarão os interesses dos trabalhadores.

A respeito das “maquiagens nos latifúndios” — expressão que vem sendo muito empregada, inclusive por técnicos do INCRA, para definir a ação de determinados fazendeiros que na possibilidade de serem desapropriados, realizam certas obras com o objetivo de caracterizar suas propriedades como produtivas — José Francisco afirma que o Governo não pode cair nesse jogo que latifúndio que produz não se mexe. Ele lembra que o INCRA possui um cadastro do comportamento dessas propriedades nos últimos anos e agora não adianta o fazendeiro pegar gado emprestado para disfarçar. E sobre isso, o Presidente da Contag envia o seu recado: “Se o Governo cair em cilada de latifundiário é porque quer”.

Ações na justiça estão retardando reforma

GUILHERME EVELIN

Poucos órgãos do Governo Federal têm sido abalados por crises tão periódicas como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Nesse um ano e meio de Nova República, o INCRA, que é o órgão executor do Plano Nacional de Reforma Agrária, já teve três presidentes, viu diretores e ex-funcionários envolvidos em investigações do SNI sobre militância e simpatia com facções de esquerda, além de ter sido o protagonista de casos rumorosos de erros na desapropriação de terras para a Reforma Agrária.

Nesse mês de agosto, no entanto, o que tem atrapalhado o INCRA no objetivo de assentar 150 mil famílias até o final do ano são as constantes paralisações nas desapropriações, em razão do grande número de pedidos de revisão de processos feitos por fazendeiros e associações de produtores rurais que chegam às Comissões Agrárias Regionais e à Justiça. Em São Paulo,

a Superintendência Regional do INCRA teve treze das catorze desapropriações decretadas no estado paralisadas por ações na Justiça. Do boicote à Reforma Agrária faz parte até o governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, que, em audiência, há quinze dias, com o presidente José Sarney, levou um documento pedindo revisão das dez desapropriações decretadas em seu estado.

No INCRA, existe a convicção de que se trata de um movimento organizado, mas não se atribui a culpa do atraso na Reforma Agrária à UDR. O diretor de Recursos Fundiários do INCRA, Edegard de Nogueira Borges, acredita que a UDR ainda não tem credibilidade suficiente e que se trata de uma entidade com organização somente entre os grandes pecuaristas, principalmente de estados como Goiás e Maranhão.

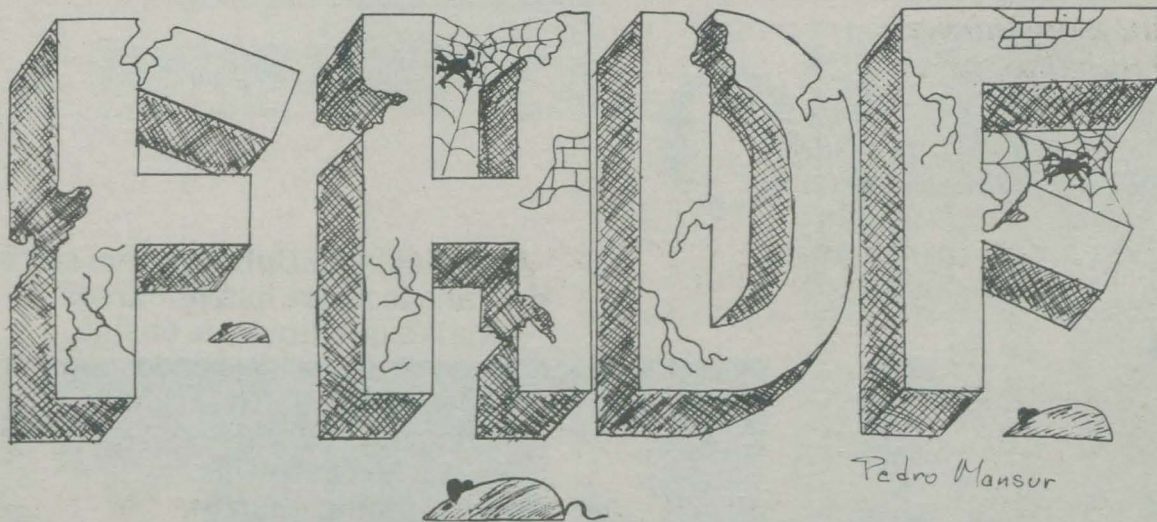
“E em São Paulo e nos estados da Região Sul, onde as associações de produtores rurais e o segmento patronal rural estão bem organizados, que a Reforma Agrária tem tido maior contestação”. De fato, embora fosse de se esperar que no

Nordeste surgir-se o maior número de controvérsias, é nas regiões Sul e Sudeste, onde os produtores rurais têm uma tradição de organização, que as desapropriações têm sido mais paralisadas por ações na Justiça. Nessas regiões, por a ocupação da terra já ter atingido níveis considerados razoáveis, existe um fator complicador, que é a dificuldade de caracterização das propriedades como latifúndios ou como empresas rurais, que não podem ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Segundo Edegard de Nogueira Borges, é o que aconteceu com a desapropriação da Granja do Sossego, no Rio Grande do Sul. Ele afirma não ter havido falhas técnicas da parte do INCRA nesse caso. “A Granja do Sossego é uma propriedade próxima do limite de passar de latifúndio para empresa rural. Enquanto no Rio Grande do Sul, o índice de ocupação da terra para caracterização de empresa rural é de 2,5 reses por hectare, na Granja do Sossego esse índice era de 1,9 reses”.

De qualquer modo, o INCRA tem tomado medidas no sentido de acelerar as ações

na Justiça e evitar fraudes nas desapropriações. Há estudos sugerindo a criação de Varas de Direito Agrário, com juízes especializados para decidir sobre questões da Reforma Agrária, e até satélites têm sido utilizadas para evitar a “maquiagem” de terras improdutivas. A maquiagem tem sido outro artifício utilizado pelos fazendeiros para fraudar as desapropriações. Eles transferem gado para as áreas improdutivas, tentando evitar que os fiscais do INCRA, em suas vistorias, considerem as suas propriedades de interesse para a Reforma Agrária. O Governo Federal, no entanto, pretende usar fotografias de satélites para impedir esse tipo de ação.

Essas medidas, no entanto, não permitir ao INCRA cumprir as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária para esse ano. O próprio diretor de Recursos Fundiários do INCRA admite isso. Até agora, somente 800 mil hectares foram desapropriados, quando seriam necessários 2 milhões de hectares para assentar as 150 mil famílias previstas no Plano.



Nada mudou

SANDRA SATO

Assim como há sete anos atrás era implantado um sistema de saúde no Distrito Federal "de cima para baixo", hoje, a história se repete com a reformulação deste sistema. Em março, uma comissão dita de "alto nível" foi nomeada pelo governador José Aparecido para analisar e apresentar propostas aos problemas do atendimento médico. Resultado do trabalho desta comissão, o documento intitulado "Redefinição do Sistema de Saúde do DF" não traz o remédio para a doente medicina do DF.

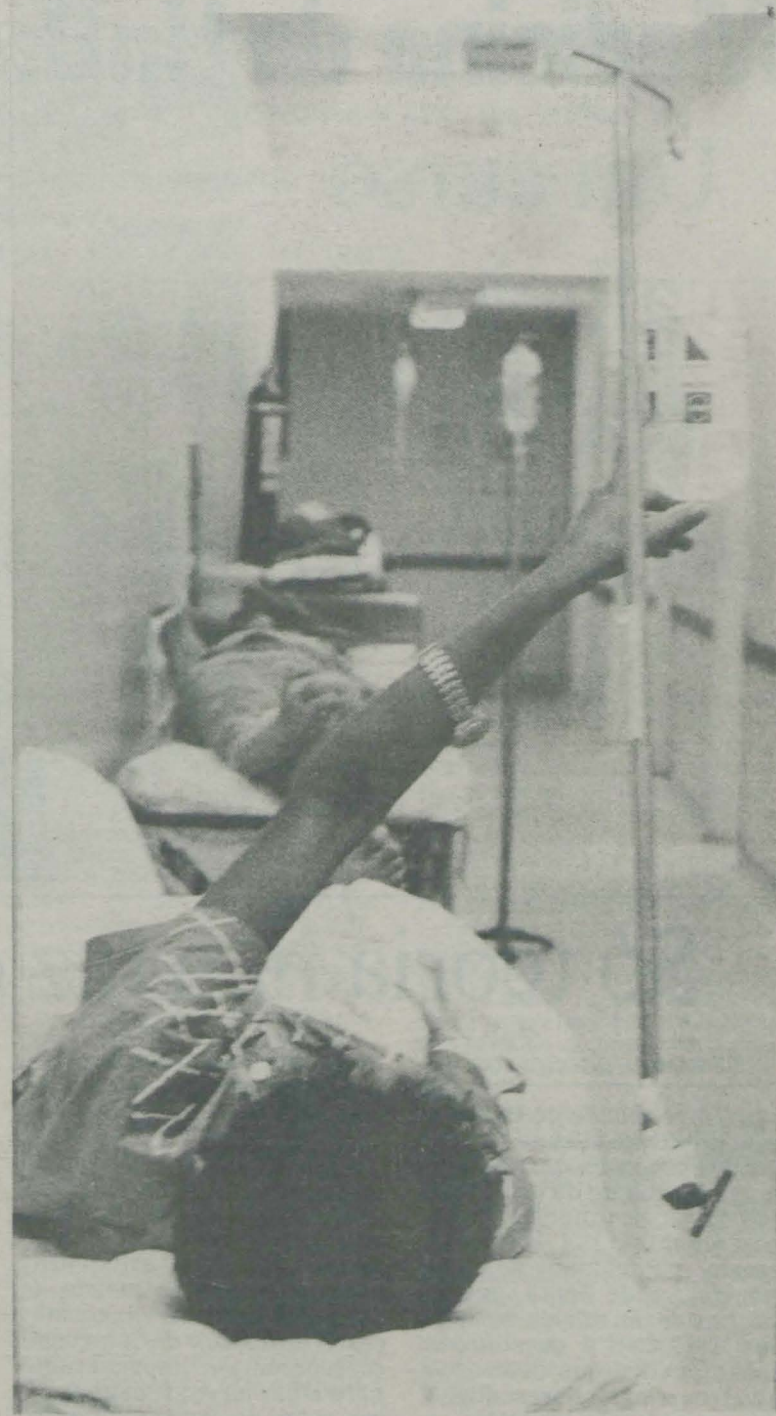
"O Governo parece surdo, cego e mudo", afirma Maria José da Conceição, presidente do Sindicato dos Médicos. A necessidade de interação das esferas locais e federais, para inexistir hospitais vizinhos prestando o mesmo serviço, e da hierarquização do sistema, definindo o atendimento em níveis 1 (posto de saúde), 2 (hospital regional) e 3 (Hospital de Base — casos graves), foi diversas vezes denunciada ao Governo. Outro apelo, entre outros, também desconsiderado, foi a importância de uma política de recursos humanos, pois não há um plano de carreira nem incentivo à produção e à pesquisa. O médico entra para o serviço público, vegeta e morre, observa Maria José. O documento fortalece o atendimento no Plano Piloto, centralizando os serviços de níveis terciário e secundário nesta área, esquecendo que são as cidades-satélites, onde habita a população mais carente, que mais necessitam destes serviços. Para melhorar o atendimento, sugere integrar outras instituições públicas ao sistema, mas exclui os hospitais militares e alguns serviços do Hospital Sarah Kubitschek.

O médico de família, outra solução proposta pelo Plano de Redefinição, foi criticado pelos médicos porque é criado sem nenhum vínculo com a estrutura formal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Isto significa que o profissional é pago por prestação de serviços sem direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro salário e licenças. O Sindicato entende que reestruturar os Centros de Saúde, promovendo um atendimento integral à comunidade, é uma solução.

Alegando a falência da formação universitária, o Plano propõe a criação do médico generalista, que durante cinco meses seria orientado. O recém-formado não teria vínculo empregatício durante este período, o que contraria a legislação trabalhista. E mais um paliativo.

Alegando a falência da formação universitária, o Plano propõe a criação do médico generalista, que durante cinco meses seria orientado. O recém-formado não teria vínculo empregatício durante este período, o que contraria a legislação trabalhista. E mais um paliativo.

João Carlos Fontoura



Reforma no HBB: já era tempo

ADRIANA VASCONCELOS

Com o prédio do pronto-socorro desgastado, cheio de infiltrações, problemas de esgoto e abastecimento de água, já que o número de canos furados é grande, o Hospital de Base de Brasília mereceu a atenção do Governo do Distrito Federal. A publicidade negativa que o sistema hospitalar do DF conseguiu, principalmente depois de doença de Tancredo Neves, fez com que a população se conscientizasse da realidade da saúde em Brasília e que o governo começasse a reformular, ainda que a longo prazo, as prioridades de sua administração.

Segundo o chefe de equipe dos médicos do HBB, Waldemar Lechtman, a saúde do Brasil nunca foi prioridade. Na miséria em que vive a grande parte da população, cada um sobrevive como pode. O fato do sistema hospitalar se encontrar numa situação precária, com falta de equipamentos, remédios, leitos e até mesmo material humano, é o principal gerador do mau atendimento à população. O HBB é um exemplo claro desta situação.

Lechtman chama também a atenção para a tardia reforma do pronto-socorro que, desde 1983, quando começou a trabalhar no HBB, já deveria ter ocorrido. O hospital não acompanhou o crescimento da população da cidade e só agora, diante de péssimas condições de trabalho e nenhuma forma de se adiar as obras, é que algumas iniciativas foram tomadas. O quarto andar do prédio já está sendo aumentado e em breve as obras devem descer para os outros andares, os serviços do pronto-socorro vão ser suspensos até a conclusão das reformas, que estão dependendo da liberação de verbas suficientes do governo.

Dentro do clima de transformações, o HBB além de conseguir reparos em suas instalações, terá um aumento no número de leitos. O centro de tratamento intensivo, a área mais deficiente do hospital, vai contar com um acréscimo de 18 para 40 leitos. Segundo Lechtman, os casos de pacientes que não deveriam ficar mais do que 40 minutos numa maca e permanecem mais de 15 dias podem diminuir.

Outro fator destacado foi a reformulação da filosofia do sistema de atendimento. O HBB, que até agora foi obrigado a atender a todos os casos que aparecessem, ficaria por conta só do setor terciário, ou seja, os casos mais graves. Os demais casos, leves e médios, seriam respectivamente en-

caminhados aos postos de saúde e hospitais regionais. A tentativa de distribuição dos pacientes, afirmou Lechtman, é uma solução a longo prazo, mas que pode melhorar o atendimento, principalmente o do HBB, o mais sobrecarregado e considerado como fim de linha do sistema de saúde.

A administração hospitalar se ressentida das próprias condições do sistema e é considerada por muitos como um cargo espinhoso, pois é difícil lidar e coordenar categorias e horários diferentes.

ÉTICA E SALÁRIOS

Ética, cada um tem a sua, mas numa sociedade capitalista é fácil encontrar sujeitos mercantilistas. Mas a saúde, sendo uma questão primordial, não deveria ter fins lucrativos, segundo Lechtman, que ainda fez observações sobre o salário dos médicos. Se comparado ao salário mínimo, pode ser considerado justo, por em se o profissional pleitear uma vaga na classe média não consegue.

Estas duas questões geram problemas diversos, mas sem dúvida o maior é o acúmulo de empregos por um só médico. Assim, comprovadamente o profissional fica incapacitado de acompanhar a evolução completa de qualquer caso. No HBB, segundo Lechtman, num plantão um médico pode operar um paciente que nunca viu na vida. A falta de contato e

acompanhamento do caso quase sempre geram o mau atendimento chegando até mesmo ocasionar os polêmicos erros médicos.

O dinheiro fica nas mãos da Fundação

JOSE CARLOS ANATOLY

O único problema amenizado no Hospital Regional do Gama (HRG) desde a última greve dos médicos, em maio passado, foi a falta de remédios para a farmácia do hospital. E o que afirma o dr. Ivan Lisboa Fialho Júnior, vice-diretor do HRG.

A respeito da centralização exercida pela Fundação Hospitalar do DF (FHDF), o dr. Ivan Lisboa explica: "Apesar de uma certa autonomia técnica dos diretores dos hospitais, não há liberdade nenhuma para o uso de recursos financeiros por parte dos diretores. O dinheiro fica nas mãos da FHDF; se precisarmos melhorar uma enfermagem, por exemplo, temos de ir diretamente à

Fundação mendigar uma verba e torcer para que o melhoramento tenha prazo certo de conclusão".

PRIORIDADE

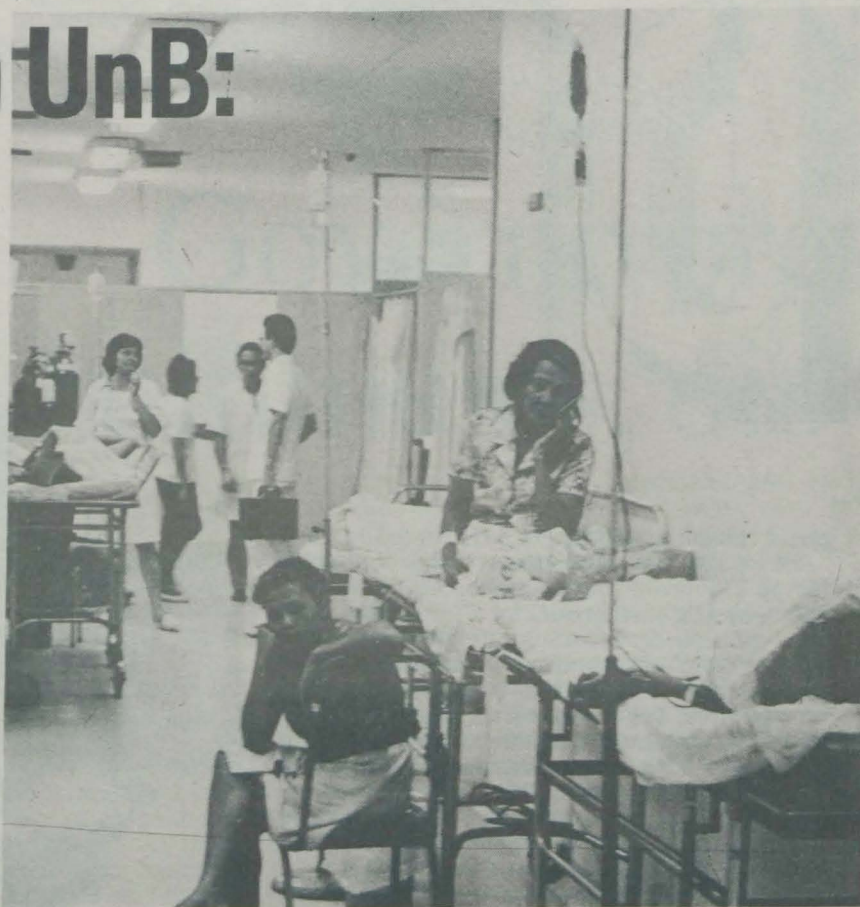
O dr. Ivan Lisboa informou que, por parte do Governo Federal, a saúde não é a principal prioridade. "Faltam verbas e também pessoas honestas para administrá-las". No âmbito do GDF, o sistema hospitalar peca principalmente pela carência de pessoal especializado na área de saúde e a interiorização desse pessoal, não há qualquer estímulo financeiro para os médicos que atuam nas cidades-satélites e periferias; quando aparece uma chance de transferência para o Plano Piloto, eles não pensam duas vezes.

A interdição do Hospital de Base de Brasília (HBB) e consequentemente o aumento do fluxo de pacientes nos hospitais regionais, não levou a FHDF, até agora, a providenciar solução para o remanejamento do pessoal do HBB, e os hospitais começam a superlotar. Um exemplo claro é o que está acontecendo na clínica médica do HRG, como afirma Ivan Lisboa: "Das 7 às 22 horas, atende-se uma média de 210 a 230 pacientes; atualmente atende-se de 310 a 320 pacientes diários. Isso quer dizer que só com o boato da interdição do HBB, já aumentou para uma média de 100 pacientes. Imaginem quando o HBB estiver totalmente interdito".

JOAO CARLOS FONTOURA

Medicina da UnB:

Um curso alheio à realidade do mercado



A Medicina da UnB também sofre do mal que aflige outros cursos — a baixa qualidade do ensino. O aluno chega ao mercado com uma formação deficitária e defasada da realidade do dia-a-dia dos hospitais. Com o diploma na mão, o recém-formado passa por mais vestibulares, só que o teste é sobreviver ao caótico sistema de saúde do Distrito Federal.

Só teoria não faz doutor

ADRIANA VASCONCELOS

A Universidade de Brasília está preocupada com o sistema de saúde pública, que ultimamente diante da privatização do serviço médico, diminuiu em muito sua ação e eficiência. A Faculdade de Ciência da Saúde tenta agora, através de um núcleo de estudos, repensar a questão da saúde pública que dentro do atual currículo apresenta-se com uma visão reduzida e dispersa.

Segundo Eduardo Queiroz, professor da Faculdade de Ciências da Saúde, a universidade encontra-se enclausurada e afastada da comunidade há bastante tempo, e como principal formadora de profissionais necessita de uma maior integração ao sistema

de saúde e suas áreas de atuação. Apesar dos vários convênios com o INAMPS, a Fundação Hospitalar e o Hospital Presidente Médici, onde estudantes atuam como estagiários, a universidade oferece pouco, além do ensino puramente técnico. O estudante, afirma o professor Queiroz, é treinado para fazer diagnósticos e processos de intervenções, porém sai despreparado para atuar na engrenagem de seu setor de forma crítica e transformadora.

Com o diploma na mão, o profissional da área de saúde pode senti-se perdido, já que durante sua vida universitária ficou alheio à dinâmica social e política da realidade do sistema de saúde, carente de uma boa infra-estrutura que o sustente.

CONSTITUINTE

Durante o primeiro semestre deste ano, quatro mil pessoas participaram da XIII Conferência Nacional de Saúde, na qual após três dias de reuniões e debates foi apresentado um relatório final, aprovado em plenário por todos os participantes, concluindo as discussões de temas polêmicos como: Saúde como Direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

O professor Queiroz acredita que o levantamento de problemas discutidos durante a XIII CNS possa ser analisado pelos futuros constituintes, porém a probabilidade disso acontecer aumenta se engajado a movimentos sociais organizados pela população.

Portas abertas para a UnB

PEDRO MANSUR

A Universidade de Brasília deveria trabalhar conjuntamente com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, afirma Antônio Carlos Carvalho, diretor da FHDF. "Mas, isto não está ocorrendo plenamente porque a UnB, durante alguns tempo, esteve fechada, não se abrindo para a comunidade. Nós precisamos da Universidade de Brasília, assim com a UnB precisa da gente".

Segundo Antônio Carvalho, a UnB estava agindo de forma errada ao utilizar apenas um hospital como hospital universitário para a formação de pessoal. Ele diz que este tipo de trabalho não funciona e que todos os hospitais universitários do país estão com sua estrutura falida. "A Universidade de Brasília deve utilizar todos os hospitais da Rede Hospitalar do DF como se hospitais universitários fossem, já que o sistema de saúde do DF possui estrutura física e de recursos humanos bastante adequada para a utilização pela UnB".

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal vem enfrentando uma série de problemas, maiores ainda que esta falta de um relacionamento adequado com a UnB. Segundo Antônio Carvalho, além do fato de Brasília ser planejada para uma população de 600 mil habitantes e hoje contar com 1,6 milhão de habitantes, com uma projeção para o ano 2000 de quatro milhões de habitantes, a Fundação Hospitalar, como executora do programa de saúde do DF, precisa atender ainda a toda a população da região do entorno do DF, envolvendo Cidade

Ocidental, Valparaíso e outras cidades do Estado de Goiás. Entretanto, a FHDF não está dimensionada para atender toda esta população. Segundo Antônio Carvalho, a periferia deveria dispor de um atendimento médico satisfatório para não ocorrer um "excesso de demanda nos hospitais da cidade".

Outro problema relatado por Antônio Carvalho é o fato de "Brasília ser uma cidade política e consequentemente existir uma dificuldade na formação de quipes médicas, o que é fundamental para uma boa estrutura organizacional, onde um hospital funcionasse como um todo".

Para tentar resolver todos esses problemas, a FHDF pretende tomar uma série de medidas, tais como: aumentar e melhorar o atendimento nos centros de saúde, para evitar uma sobrecarga nos hospitais do DF sejam as equipes médica, um grupo de médicos, técnicos e pessoal de apoio trabalhando harmonicamente no tratamento do paciente; e, por último, melhorar o quadro de pessoal, pois "não adianta a Fundação Hospitalar dispor de equipamentos sem que haja pessoal competente e estimulado a trabalhar com eficiência".

Perguntado sobre a imagem de inoperância que o sistema de saúde do DF adquiriu nos últimos tempos, Antônio Carvalho afirma que "Brasília é uma cidade onde estão localizados todos os poderes constituídos, por isto, são tratadas aqui pessoas importantes. Sendo assim, qualquer problema que ocorra com uma destas pessoas, imediatamente todo o país fica sabendo".

Residente carente de perspectiva

JOSE CARLOS ANATOLY

"Há uma grande defasagem entre a realidade dos hospitais da FHDF e a Faculdade de Ciências da Saúde da UnB", afirma o médico residente no Hospital Regional de Taguatinga (HRG), Arquimedes Tolentino da Silva, formado em 1984 pela UnB. Segundo ele, essa defasagem vai desde o relacionamento médico/paciente até os diagnósticos. "A visão que a população tem do médico é totalmente diferente da que encontramos na faculdade; o

despreito pela classe é enorme".

Para o dr. Arquimedes Tolentino, existem professores na Faculdade de Ciências da Saúde que parecem nunca ter enfrentado a realidade de um hospital e só ensinam devido aos títulos conseguidos no exterior. O que se pode constatar ainda, segundo ele, é a enorme competição entre os médicos: um querendo passar por cima do outro, e isso não acontece na faculdade. "Os professores deviam preparar o aluno para o que existe nos hospitais do GDF e não criar um hospital "ideal", onde pa-

cientes aparecem com doenças raras. No dia-a-dia essas doenças representam uma pequena parcela em relação às doenças comuns, não aprofundadas pelos professores".

Perguntado sobre o que pretende depois de terminado o período de residência no HRT, Tolentino respondeu que se sente como quem vai fazer outro vestibular, com poucas perspectivas para o futuro, sabendo que na sua área (cirurgia), são poucos os hospitais da FHDF que oferecem boas condições em equipamentos e recursos humanos.

ESPAÇO CÊNICO

O teatro brasileiro ganha novos espaços e reativa os antigos. Parece que desta forma o eterno problema dos grupos teatrais locais começam a ser resolvidos. As novas opções vão desde a luxuosa sala da Caixa Econômica até um pequeno quintal que se transforma em palco. E na sala Alberto Nepomuceno estreia a peça "Morte sobre a Lama".

BETO ROCHA



A Morte estreia em Brasília

PAULO FORTES

"Até agora aqui em Brasília, a Lei Sarney, que concede incentivos fiscais a quem investe em cultura, não mostrou seu efeito, continuamos pagando para trabalhar". Desta forma o diretor de Teatro Ricardo Torres, responsável pela montagem de "EKLHART, o cruel", no ano passado, e da "Mandrágora" de Maquiavel, há dois anos, explica o problema financeiro do Teatro brasileiro.

O não reconhecimento do trabalho do artista de Brasília pelo público local também preocupa Ricardo. "Fazemos um trabalho de qualidade nacional há anos e somos prestigiados por poucos". Dora Wainer, atriz de Brasília, que este ano já foi a madrastra em "Branca de Neve" também reclama. "Antes mesmo da estreia deste novo trabalho já fomos convidados pelo Madame Satã de São Paulo para apresentarmos a peça lá, no entanto temos dificuldade de público em Brasília".

O novo trabalho a que Dora se refere é "Morte sobre a Lama", com texto e direção de Ricardo Torres, que estreia dia quatro de setembro próximo. Esta é a primeira vez que Ricardo monta um texto de sua autoria. Segundo ele, a intenção é simplesmente contar

uma história. A história no caso é a vida de Estela, um travesti. "O tema no entanto, não é abordado de modo caricato, pejorativo, como tanto vemos por aí, e também, de maneira nenhuma moralista, esclarece o autor.

A peça se passa no momento último da vida de Estela. O travesti suicida-se e o fato é revelado sutilmente no início da peça pelas referências a Marilyn Monroe. Não se tem a intenção do suspense e sim da reflexão. Além da real Estela, o texto divide suas personalidades, vividas por três atores distintos. Mostra-se o que os pais esperavam que ela se torne, o que ela sentia quando criança, e um oculto homem revoltado. Mostra ainda o amante de Estela, um "macho", como outro qualquer. O drama da vida de Estela é gerado por um acontecimento especial entre ela criança e seu pai. O texto, no entanto, jamais procura explicações "científicas" para os problemas do travesti.

O espetáculo é dividido em três planos; as projeções de Estela, suas três personalidades; a realidade, vivida por seu amante e vizinha; o plano de memória, no qual ela relembra conversas de seus pais. O estilo de direção e interpretação usada no espetáculo é o minimalismo. Tudo é reduzido ao seu mínimo, palavra e ação. O

Oito atores encenam o momento último da vida de um travesti. Estela comete suicídio, como Marilyn Monroe. Três facetas de sua personalidade são vividas por atores distintos. Morte sobre a Lama estreia dia 4, na sala Alberto Nepomuceno.

espetáculo valoriza os detalhes, a pausa, como uma sucessão de fotografias.

Os atores, na sua maioria, e o diretor estão juntos desde 82. "Trabalhamos juntos porque sentimos prazer nisto, temos intimidade no palco", diz Tetê Sobreira, a mãe de Estela na peça. O elenco é formado por Ademir Miranda, que faz Estela; Lourdes Ferreira, a vizinha, Paulo Alberto Fortes, como Marco Aurélio, Dora Wainer, André Amaro e Emerval Crespi, as projeções de Estela, e Fernando Guimarães e Tetê Sobreira, como os pais no plano da memória. A peça conta também com Sérgio Pessanha, responsável pelo projeto e operação de luz, Glória Ferreira na assistência de direção e Renio na sonoplastia. A produção é do "Ator e Companhia" responsável, no primeiro semestre deste ano pelo sucesso da peça "Branca de Neve", de Marcelo Saback.

O espetáculo estreia na sala Alberto Nepomuceno do Teatro Nacional e fica em cartaz até 28 de setembro de quinta a domingo às 20 horas.

"É uma boa oportunidade do público local conhecer a qualidade do Teatro de Brasília, antes que façamos como os grupos de rock, ou seja, irmos buscar reconhecimento fora", diz Ricardo.

Brasília ganha novos espaços

CLAUDIO TOURINHO

"O povo que não vive ou fomenta seu teatro, se não está morto, está moribundo", disse uma vez o poeta espanhol Federico Garcia Lorca. O que parecia assustador torna-se um bom presságio para o brasileiro. Além do Impulso Ata da atriz Itala Nandi (ver matéria), a cidade ganha três espaços culturais.

O primeiro é o luxuoso auditório do Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, que passou a ser cedido a exposições comerciais. Com capacidade para 304 espectadores, o auditório da Caixa possui um bom palco com um sistema de iluminação composto por 50 refletores.

Os interessados em utilizar o espaço deverão enviar uma solicitação ao Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, SBS quadra 4, lote 34, Anexo do Edifício-Sede, especificando o tipo de evento e apresentando outras informações gerais (nome do espetáculo, autor, diretor, atores, etc.).

Um conselho deliberativo, formado por artistas da cidade, analisará as propostas apresentadas e definirá a pauta de apresentações. A Administração do Conjunto Cultural cobra 15 por cento da bilheteria ou uma taxa de utilização.



Mandrake Ai! E surge um novo espaço cultural

zação para quem não cobrar ingresso. Maiores informações com o Godinho ou com Wellington pelo telefone 213-1754.

Da necessidade de um local para se apresentar, surge, como num passe de mágica, o Teatro Mandrake. Depois de um curso com o diretor Luiz Fernando Guimarães, os atores do Grupo Belém-Brasília criaram no fundo da casa de um deles (o Edir) um espaço simples, romântico e místico.

Ainda em fase de consolidação, o Teatro Mandrake, que fica no SCLRN 703, Bloco H, loja 32, tem capacidade para 60 pessoas. Depois que o grupo encerrar a temporada com a peça "Mandrake Ai!", o teatro estará aberto a quem se interessar. Para utilizá-lo é só bater um papo com o pessoal do grupo pelo telefone 225-3395.

Outro teatro surgido num canto esquecido, o Garagem volta à ativa depois de ser transformado pelo Sesc em almoxarifado.

Os interessados deverão preencher um requerimento e aguardar um estudo que verificará a disponibilidade de pauta. O SESC cobra uma taxa de 15 por cento sobre a bilheteria. Maiores informações com Ulisses Pasmadjian pelo telefone 245-1221 (ramal 8).

Sarney não libera Torto a proposta cultural

JAUL RAMALHO

Descartada a possibilidade do Impulso Ata, proposta cultural inovadora, ser concretizada na Granja do Torto, seus idealizadores partem para outras opções. "O Impulso Ata está de pé", afirmou Jorge Marino de Carvalho um dos integrantes da equipe. Impulso Ata é uma verdadeira

proposta de revolução cultural no Brasil, cujo objetivo é elevar Brasília à capital da exportação de cultura nacional e resgatar para a cidade seu verdadeiro papel na integração do país.

O projeto idealizado pela atriz Itala Nandi, propõe a construção de uma faculdade de artes e ofícios onde alunos de diferentes faixas etárias e diferentes níveis sócio-culturais estarão reunidos

para aprender desde plantar até a utilização do computador, tudo isso num processo que dispensa o auxílio de professores, dando-se ênfase ao intercâmbio de conhecimentos entre os alunos.

Outra característica importante do Impulso Ata é a utilização da Radiestesia para facilitar o aprendizado dos grupos de alunos. Segundo Jorge Carvalho, estudioso da Radiestesia, ciência milenar que estuda o sentido radiestésico do homem, durante os cursos serão ministrados exercícios de criatividade que irão desenvolver gradativamente

a agudez mental, reativando os dois hemisférios cerebrais dos alunos. Como consequência, há o aumento do índice médio de neurônios em funcionamento. Uma das grandes deficiências do brasileiro é o baixo índice médio de neurônios em funcionamento. Jorge Carvalho alerta que para entender-se bem a utilização de computadores, por exemplo, é necessário um índice médio de 20%.

Não será um projeto de luxo e sim prático. Todas as construções serão geodésicas, ou seja, redondas, para não haver acúmulo de energia nos cantos, os tijolos serão de adumbe e os telhados de palha. A primeira etapa será a construção de dois estúdios; um de

cinema e outro de vídeo, que terão capacidade de produzir filmes longa-metragem, proporcionando infra-estrutura para equipes cinematográficas nacionais e internacionais. Do retorno obtido das produções, o Impulso Ata irá se autogerir dando prosseguimento às outras etapas.

O Impulso Ata pode ser entendido como uma proposta nova de vida, em que as pessoas passarão a dar maior valor à vida harmônica, livres de inveja e falsos valores sociais. Após se fixar em Brasília, o Impulso Ata pretende expandir-se a outros centros do país, numa proposta multiplicadora em que gradativamente a cultura nacional será engrandecida.

KATIA TURRA



Brasília não verá Pixinguinha

IDA PIETRICOVSKY
DE OLIVEIRA

Os brasilienses vão ter que se conformar com uma triste notícia: este ano, não haverá projeto Pixinguinha, criado há dez anos para homenagear o compositor Pixinguinha, e descobrir novos talentos. A princípio, ele se restringia ao Rio de Janeiro. Mas, com o passar dos anos, foi abrindo para outras capitais, e em cinco anos, o projeto já atingia quase todas as capitais, com grande sucesso.

O projeto, agora, volta praticamente à estaca zero, uma vez que vai se restringir ao Rio de Janeiro e à região Nordeste. A direção da Funarte alega que a falta de verbas fez com que, este ano, se optasse por apresentar o show apenas em lugares "carentes". Este é apenas um dos problemas que o órgão está enfrentando.

O outro é a própria falta de direção. Até agora a Funarte está sem presidente e sem o diretor regional do Distrito Federal. Esta falta de direção acarreta um

enorme atraso no andamento dos programas. Um bom exemplo desta situação é o Verão Funarte, que também já corre riscos de não poder contar com verbas.

Dentro da lista dos males desta fundação, está a própria sala aonde são apresentados os shows. Ela não comporta o número de pessoas que têm comparecido aos espetáculos. Faltam cadeiras, luzes, som, e principalmente, segurança. Para se ter uma idéia da situação, a sala, que comporta 200 pessoas, no último Verão Funarte, teve um público de 600 pessoas, e ainda tinha mais pessoas do lado de fora.

Segundo João Lopes, assistente de produção da casa, apesar deste grande comparecimento aos espetáculos, apenas 5% da bilheteria fica com o órgão. Os espetáculos não têm retorno em termos financeiros. João disse ainda, que a falta de direção impossibilita que os escritórios regionais consigam patrocinadores para que os projetos possam ter continuidade.

Estes eventos, que fazem muito sucesso, tanto por sua proposta, quanto por seu preço popular, já estavam sendo ampliados para poder levar às cidades-satélites. Mas a idéia não passou daí.

E os músicos locais, como é que ficam? Bem, este ano eles não ficam. A direção local vai tentar encaixar os músicos que tocariam no projeto Pixinguinha, no Verão Funarte, que então passaria de três para seis semanas.

Os funcionários do escritório regional daqui de Brasília, não estão nem um pouco contentes com as novas decisões, e principalmente, com a falta deles, pois, na realidade, eram estes eventos que agitavam a programação.

Tentando minimizar estes problemas, esteve aqui em Brasília, no último dia 21, o diretor-executivo interino, para decidir as questões mais imediatas, e, também, decidir quanto aos possíveis patrocínios, para que a Funarte possa voltar a ser um foco de grandes acontecimentos populares.

Logo à entrada do MAB, a escultura é um convite ao visitante. No térreo encontram-se outras obras de escultores diversos, além de tapeçarias. No primeiro andar, estão os quadros do acervo permanente. E, no terceiro pavimento, o Centro de Documentação

Um museu jovem com problemas de velho

RUTH FROTA
e JANE ARAUJO

Apesar de já ter um ano e meio de inaugurado, o Museu de Arte de Brasília ainda é desconhecido do público da cidade. Além de estar mal localizado, numa área isolada, próxima ao Palácio da Alvorada, o Museu sofre também da falta de recursos próprios e necessita de uma reforma urgente no sentido de melhorar a climatização do prédio e instalar iluminação adequada para as obras de arte.

Concebido por umas poucas pessoas, entre elas a artista plástica Leda Watson que, com a gravadora Regina Motta, tomou a frente do projeto durante a gestão de Carlos Mathias da Fundação Cultural do Distrito Federal, o Museu tem uma programação de cursos e exposições que ao longo do ano mobiliza artistas e intelectuais de várias partes do país. É sua meta ser o Centro de Documentação do Artista Brasileiro, algo como um banco de dados, onde se pretende que seja gerado material para um novo dicionário das artes no Brasil.

A frente do MAB desde sua criação, João Evangelista de Andrade Filho, professor da Biblioteconomia na UnB, tem um trato carinhoso com a casa, e em meios a catálogo e pastas de arquivo vai percorrendo a respeito

de arte e cultura, revelando uma posição realista, mas ao mesmo tempo não acomodada, diante das perspectivas da nova Lei Sarney e outras questões que afetam o Museu.

A idéia dos fundadores do Museu é que ele seja realmente experimental, com tentativas, acertos e erros, nada dos museus convencionais, simples depositários de obras máximas. Para Evangelista, o importante é a dinâmica da geração e produção artística e cultural.

"Atualmente, existe uma preocupação maior em reavaliar a qualidade das obras para uma melhor depuração da coleção", explica ele. Consta de seu acervo cerca de 500 quadros e esculturas de uma boa estirpe de artistas nacionais, entre eles a série Itamaraty de Fayga Ostrover, um triptico de João Câmara, pinturas de Tomie Ohtake, Rubem Valentim, Siron Franco, Archanjo Ianeli, gravuras de Isabel Pons, Iberê Camargo, Maria Bonomi e Ana Letycia, só para citar algumas.

Depois de lançar o projeto que levou alunos da rede oficial a produzir e expor trabalhos numa convivência mais próxima com o museu, o professor João Evangelista se volta agora para a programação dos próximos meses, que se destina aos cursos de arte.

MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA

Endereço: Setor de Hotéis e Turismo Norte, entre a Concha Acústica e a Churrascaria do Lago.

Acesso: de ônibus pelo circular Alvorada, na Estação Rodoviária, linha 104.

Visitação: Diariamente, das 10 às 17 horas. Fechado às segundas-feiras.

Telefone: 224-2677.

Vigilante-artesão expõe na UnB

KATIA TURRA

A Biblioteca da Universidade de Brasília abre finalmente seu espaço para expor a arte de seus funcionários. É o que vai acontecer de 1º a 10 de setembro, quando Benício Braga Ribeiro, vigilante da UnB, estará mostrando seus trabalhos em macramê, no hall de entrada da Biblioteca.

Desde de 1976, quando chegou a Brasília, vindo do interior da Bahia, Benício vem desenvolvendo esta técnica, que aprendeu com a sua mulher Elizabeth, com quem divide todo o serviço. Para Benício, o ideal seria viver do artesanato, mas o dinheiro que ganha com isto, não dá para sustentar a família, com mais quatro filhos, e nem para comprar o material necessário. Por isso, ele divide seu tempo entre o artesanato e o emprego de vigilante na Uni-

versidade, onde trabalha das 13 às 19 horas.

Há dez anos neste ofício, Benício sentiu necessidade de mostrar sua arte, e foi dificuldade de espaço que o levou a conseguir um ponto na feira da Torre de TV, onde há dois anos e meio expõe e vende suas peças. Seu trabalho utiliza basicamente a corda como matéria-prima, e todo pedaço de corda que cai nas suas mãos se transforma para tomar novas formas.

Benício nunca participou de nenhuma exposição, e, um pouco preocupado com esta nova experiência na sua vida, vem trabalhando dobrado para mostrar o melhor. Ele pretende fazer nesta exposição uma retrospectiva do seu trabalho apresentando desde móveis de corda até painéis.

Vale a pena conferir, e dar uma força.

KATIA TURRA



Em meio a peças coloridas, o artesão Benício Braga desenvolve seu trabalho em macramê

FOTOS: CESAR MENDES



O vencedor da melhor trilha sonora no Rio Cine Festival, com o filme *Cidade Oculta*, fala ao Campus mais como cinéfilo do que como músico. Depois de Chico Botelho, o diretor do filme, já ter declarado à imprensa que queria um rompimento com o Cinema Novo, Arrigo Barnabé, num relato do filme "A Mulher do Lado," de Truffaut, revela o que é gostar de cinema e saber apreciar um filme. Para ele não é necessário uma mensagem ou engajamento para o filme ser bom. É o filme pelo filme.

A entrevista, que terminou sendo um bate-papo com os alunos da UnB que foram ao Festival, aconteceu no Rio Othon Pálace depois de um debate com a presença de vários cineastas e do público que assistia o Festival. 'Cidade Oculta' ganhou os prêmios de melhor filme, melhor direção (Chico Botelho), melhor trilha sonora (Arrigo Barnabé) e melhor fotografia (José Roberto Eliezer).

Campus: A trilha sonora de 'Cidade Oculta' é bem variada, vai da música eletrônica até valsa. Como um poema de Fernando Pessoa foi virar música do vilão da estória?

Arrigo: Eu estava fazendo duas músicas para o disco 'Fernando Pessoa com Música Brasileira' que a Eliana produziu. Tinha o Poema em Linha Refa que eu queria colocar mas achava que ia ficar muito chcante. De repente vi que era a cara do Rato. Isso aqui: "Nunca conheci quem tivesse levado porrada. / Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo. // E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil. / Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita, / Indesculpavelmente

sujo..." Aí eu fiz a música e a banda do meu irmão fez um arranjo muito bom.

Campus: E a valsa?

Arrigo: A valsa é a 'Cidade Oculta', a música tema. Ali é oboé, violoncelo e piano. Um negócio atípico no filme. De repente tudo eletrônico e entra aquilo mas sem sair da linguagem, você não estranha. Eu fiz a primeira parte, o Gudín a segunda e o Riberte fez a letra. A música dizia assim: "Na cidade só chovia. Noite imensa. Só havia luminosos, agonia. E a vida escorria pela escuridão. Nossas ruas eram frias como os homens destes dias. Engrenagens tão vazias esquecidas pelos deuses a pulsar em vão. Misteriosamente uma androide gritou docemente, me mostrou a vida me encheu de cores desenhando um holograma em meu coração..." Eu nem ia usar essa música no filme, mas de repente comecei a vê-la naquela cena de amor e aí mostrei para o Chico e ele gostou bastante.

Campus: No debate, o Chico Botelho falou que o filme é uma 'barbárie cultural', que ele quis romper com todo o cinema novo e ao mesmo tempo incluir citações de outros filmes em 'Cidade Oculta'. Mas como romper e ao mesmo tempo recorrer ao passado?

Arrigo: Eu não me preocupei com isso, o diretor é o Chico. Eu adoro o cinema, assisto desde filme calpira até Bergman e esse filme é fruto de uma paixão pelo cinema, minha, do Chico e de quem mais gostar de cinema. Essa coisa de rompimento é uma discussão entre cineastas que são de geração de 60. Eu não tenho nada a ver com isso. Acho o filme lindo, acho que ele é um clássico.

Campus: Mas a sua música sempre foi diferente do que os outros faziam, de certa forma um rompimento. Já o filme, onde você entra participando no roteiro, na trilha sonora e como ator, não tem a mesma força.

Arrigo: Talvez porque seja um pouco mais sutil. A minha música aparecia muito porque era mais diferente. Por exemplo, eu fiz uma bossa-nova agora chamada Bem Bom que a Gal Costa gravou, e outra chamada Ângulos, que o Caetano fez a letra e a Eliete Negreiros gravou. Eu acho essas músicas tão importantes quanto 'Clara Crocodilo', só que ninguém percebe. O novo não está só no que é aparentemente novo ou brutalmente diferente. Ele pode estar numa bossa-nova e você tem que ouvir aquilo e perceber que é muito novo um cara conseguir enfiar numa linguagem já conhecida informações de música erudita contemporânea, e ela soar natural. E isso é tão novo quanto Clara Crocodilo.

Campus: Como isso aparece em 'Cidade Oculta'?

Arrigo: De várias maneiras. De cara o filme já está citando o Blade Runner quando o sujeito sai da cadeia e aparece aquele ventilador. Tem também o personagem do Japa que está sempre perguntando pela muamba e só quando ele está morrendo é que o Anjo revela que ela existia mesmo. Isso é do "Sete Homens e um Destino" que é uma versão western e 'Os Sete Samu-

rais', do Kurosawa.

Campus: Existe alguma relação entre o anel que fica com vários personagens e 'O Senhor dos Anéis'?

Arrigo: Tem, inclusive aparece um livro do Tolkien e já é uma dica para o cara que conhece sacar a referência do anel com o livro. O anel é um símbolo de poder e de aliança. A medida que ele passa por um personagem, ele vive situações em que ele tem o poder. Ao mesmo tempo, quando o Anjo dá o anel para a Shirley Sombra, é estabelecida uma aliança porque eles transam também.

Campus: Mas você pode estar limitando o filme às pessoas que têm um repertório cultural igual ao seu.

Arrigo: Quem não conhece nada disso fica grudado no filme. Também funciona.

Campus: Quem não conhece nada disso só vai perceber que é um filme dark porque só enxerga o enredo e a fotografia, que é muito boa.

Arrigo: Mas o cinema vai cumprir o seu papel, que é entreter. O cara vai assistir ao filme e ficar até o fim. Eu fiquei superfeliz quando o cara no debate criticou bastante o filme e falou que não conseguia desgrudar o olho. O que a gente queria era um filme que fizesse o público ficar no cinema e ao mesmo tempo colocar para os iniciados uma série de elementos que fariam a pessoa ter uma outra leitura do filme que não só a estorinha. É uma leitura poética, o filme é poético.

Campus: É uma leitura que vem aos poucos que precisa ser descoberta.

Arrigo: Quando eu assisto um filme eu vejo três, quatro, cinco vezes. Semana passada eu ficava vendo 'A Mulher do Lado', do Truffaut, e não saía do cinema, eu ficava descobrindo coisa. Tem um código nesse filme que é 'M'Attends' (Me espera), que começa quando eles se reencontram. Os dois tinham sido casados e agora são vizinhos e sentem uma paixão muito forte. O código do 'M'attends' eu só fui perceber depois da quarta vez que eu assisti o filme, quando a mulher fala no telefone 'm'attends' para o cara. Eu fico até arrepiado de lembrar. Daí eles vão se encontrar. Eles são amantes, não tem jeito. Tem uma cena linda que o cara beija a mulher no supermercado e ela desmaia. É uma paixão muito forte entre os dois. Aí eles, vão transar no quarto e o sujeito começa a passar a mão no rosto dela e dizer 'attends, attends'. E isso vai aparecer no filme inteiro até quando eles transam pela última vez antes dela matá-lo. Só tem dois planos nessa hora: um de perfil que mostra os dois transando e um de cima que a gente vê a expressão de felicidade dela. Os dois tinham que ficar juntos mas estavam sempre se desencontrando. No rosto dela você vê qual era a transação, é um negócio muito forte.

Esse tipo de coisa tem no cinema, você tem que ir ver e ir descobrindo. Então, por exemplo, um filme do Truffaut não é um filme de mensagem. Quem vai perguntar para o Hitchcock o que ele quis dizer com 'Psicose'?

"O novo não está só no que é aparentemente novo ou brutalmente diferente".

ARRIGO

Um artista que faz, canta e filma a música

SUZANA DOBAL



CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA

um filme de
vladimir carvalho



eles fizeram Brasília.
ajude a fazer o filme.